

**POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DE APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**A ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA:  
SEU GRAU DE ENVOLVIMENTO DIRETO E INDIRETO JUNTO À  
COMUNIDADE ASSISTIDA NO RECANTO DAS EMAS/DF**

**WILLIAM FREITAS DE AVIZ - CAP QOPM**

**Brasília/DF, Julho de 2010**

**POLICIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO E CULTURA  
DIRETORIA DE APERFEIÇOAMENTO E EXTENSÃO  
CURSO DE APERFEIÇOAMENTO DE OFICIAIS**

**A ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA:  
SEU GRAU DE ENVOLVIMENTO DIRETO E INDIRETO JUNTO À  
COMUNIDADE ASSISTIDA NO RECANTO DAS EMAS/DF**

WILLIAM FREITAS DE AVIZ - CAP QOPM

Trabalho Técnico Científico Profissional apresentado para a Banca Examinadora do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais, da Academia de Polícia Militar de Brasília, como exigência parcial para a obtenção do grau de Oficial.

Orientador: Msc. Francisco das Neves Ribeiro.

Brasília  
Julho/2010

## TERMO DE APROVAÇÃO

### **A ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA: SEU GRAU DE ENVOLVIMENTO DIRETO E INDIRETO JUNTO À COMUNIDADE ASSISTIDA NO RECANTO DAS EMAS/DF**

WILLIAM FREITAS DE AVIZ - CAP QOPM

Data: de julho de 2010.

Trabalho Técnico Científico/Profissional avaliado por:

---

Presidente

---

Membro Nato

---

Membro Transitório

---

Orientador de Conteúdo

Publicado no Boletim Interno nº \_\_\_\_ de \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

---

Coordenação de Curso

Dedico este trabalho à minha amiga, companheira e amada esposa Iara Glenda, pelas suas palavras de apoio e de incentivo, sem as quais os desafios impostos nesta jornada, seriam com certeza, bem mais complexos.

(CAP. AVIZ)

“Quando amamos e acreditamos do fundo de nossa alma, em algo, nos sentimos mais fortes que o mundo e somos tomados de uma serenidade que vem da certeza de que nada poderá vencer a nossa fé. Esta força estranha faz com que sempre tomemos a decisão certa, na hora exata e, quando atingimos nossos objetivos ficamos surpresos com nossa própria capacidade” (FCX). É com essa ousadia e certeza que hoje concluo meu Curso de Oficial da PM e agradeço a todos que contribuíram para a realização deste sonho.

## RESUMO

O presente trabalho tem por tema “A atuação pró-ativa da polícia militar comunitária: seu grau de envolvimento direto e indireto junto à comunidade assistida no Recanto das Emas/DF”, extremamente relevante nos dias atuais. Foi desenvolvido tendo como proposta, observar como se processa a interação entre a Polícia e a comunidade na Região Administrativa RA-XV, levando em conta sua população e perfil socioeconômico, sendo necessário apontar como se processa a atuação pró-ativa do policiamento comunitário na referida área, analisar o grau de envolvimento da Polícia Militar no processo de intercâmbio com a comunidade. Essa pesquisa tem como objetivo geral avaliar comparativamente as atuações diversas de caráter pró-ativo e reativo desempenhadas pelo Polícia Militar Comunitária dentro do contexto de resolução de problemas da comunidade local e suas consequências benéficas; e, mais especificamente identificar possíveis falhas, do não envolvimento de outros órgãos públicos, bem como da comunidade assistida, na resolução destes mesmos conflitos; bem como, propor sugestões quanto à mobilização de todos os agentes envolvidos, para que viabilizem metas de curto, médio e longo prazo para a redução ou até mesmo extinção dos problemas vivenciados junto à comunidade onde o trabalho é desenvolvido. O alcance do objetivo permitiu levantar duas hipóteses para o estudo: (1) o desempenho pró-ativo da Polícia Militar Comunitária na resolução de problemas estranhos à sua área específica de atuação, reflete ganhos expressivos na prevenção e redução da criminalidade; e, (2) os efeitos da atuação pró-ativa da polícia refletem direta ou indiretamente no campo da segurança pública frente à comunidade local. A pesquisa do tipo bibliográfica, descritiva, qualitativa e exploratória permitiu constatar, dentre outros aspectos que o Policiamento comunitário, favorece a adoção de medidas que visem aprimorar ainda mais a atuação desse processo, tomando por base resultados satisfatórios em outras cidades do Distrito Federal, bem como de outros estados com características parecidas. Em vista disso, vários autores descrevem o trabalho da polícia comunitária, expondo suas interpretações mais conceituadas; dentre eles: Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Paulo de Mesquita Neto, Jefferson Pires de Alvarenga e outros. Portanto, a pesquisa aponta e fundamenta a atuação pró-ativa da polícia militar comunitária junto à comunidade assistida como necessária, visto se tratar de um instrumento de grande relevância na conquista da segurança pública comunitária e seu grau de envolvimento direto e indireto pode ser considerado satisfatório e revelando que tem conquistado seu espaço.

**Palavras-chave:** Policiamento Comunitário. Filosofia. Segurança Pública. Participação. Patrulhamento Preventivo.

## ABSTRACT

This work has the theme "pro-active performance of the military community: the degree of direct and indirect involvement in the community assisted in the Recanto das Emas / DF," extremely relevant today. It was developed with the proposal, observing how it handles the interaction between the police and the community at-RA Administrative Region XV, taking into account its population and socioeconomic profile, being necessary to point out how it handles the role of proactive community policing in that area analyze the degree of involvement of the military police in the process of exchange with the community. This research aims at evaluating the performances compared different character proactive and reactive performed by the Military Police Community within the context of solving problems of the local community and its beneficial consequences and, more specifically to identify possible failures of non-involvement of other public agencies and the community assisted in the resolution of these same conflicts, as well as propose suggestions as to mobilize all stakeholders for enabling goals, short, medium and long term for the reduction or even extinction of the problems experienced in the community where the work is developed. Achieving the goal enabled us to study two hypotheses: (1) performance proactive Military Police Community problem solving alien to their specific area of expertise, reflecting significant gains in preventing and reducing crime, and (2 ) the effects of pro-active performance of the police reflect directly or indirectly in the field of public safety facing the local community. The bibliographic research project, descriptive, qualitative and exploratory allowed establishing, among other things that the Community Policing, favors the adoption of measures to further enhance the performance of this process, based on satisfactory results in other cities of the Federal District and as other states with similar characteristics. In view of this, several authors describe the work of community police, with their interpretations most prestigious; among them: Carlos Magno Nazareth Cerqueira, Paulo de Mesquita Neto, Pires de Alvarenga Jefferson and others. Therefore, the study identifies and justifies the pro-active performance of the military community with the community assisted as necessary because it is an instrument of great importance in winning the public safety community and their degree of direct and indirect involvement would be satisfactory and revealing that it has conquered its space.

**Keywords:** Community Policing. Philosophy. Public Safety. Participation. Preventive Patrol.

## LISTA DE FIGURA E QUADROS

Figura 1	-	Recanto das Emas - Croquis das Áreas de maior Incidência Criminal.....	48
Quadro 1	-	Recanto das Emas (Região Administrativa - RA XV).....	41
Quadro 2	-	População Urbana residente por Gênero .....	41
Quadro 3	-	População Urbana residente por Idade .....	42
Quadro 4	-	Chefe de domicílio por sexo .....	42
Quadro 5	-	População Urbana residente por grau de instrução.....	43
Quadro 6	-	Naturalidade da População Urbana residente .....	43
Quadro 7	-	População por Cor ou Raça Revelada .....	44
Quadro 8	-	População Urbana por tempo de Moradia .....	44
Quadro 9	-	Renda Bruta Média Domiciliar e <i>Per-capita</i> .....	45
Quadro 10	-	Domicílios Urbanos conforme Condição de Ocupação da Residência ....	46
Quadro 11	-	Domicílios Urbanos com Infra-estrutura .....	46
Quadro 12	-	Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com Policiais .....	81
Quadro 13	-	Demonstrativo Resultados obtidos Pesquisa com Líderes Comunitários ....	82



## LISTA DE TABELAS

Tabela 1	-	Distribuição de Domicílios por Classe de Renda Bruta Mensal.....	45
Tabela 2	-	Comparativo Anual de Criminalidade no Recanto das Emas .....	47
Tabela 3	-	PERFIL DOS POLICIAIS - Idade.....	51
Tabela 4	-	Curso de Capacitação .....	52
Tabela 5	-	Qual o seu sexo.....	53
Tabela 6	-	ENTREVISTA COM POLICIAIS - Comunidade onde trabalha .....	54
Tabela 7	-	Trabalha sempre na mesma área.....	55
Tabela 8	-	Forma de Atuação .....	56
Tabela 9	-	Ações Sócio-recreativas .....	57
Tabela 10	-	PERFIL DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS - Idade .....	58
Tabela 11	-	Qual o seu sexo.....	59
Tabela 12	-	ENTREVISTA LÍDERES COMUNITÁRIOS - Policiamento .....	60
Tabela 13	-	Conhece o policial que trabalha na sua área....	61
Tabela 14	-	Relação Policial/comunidade.....	62
Tabela 15	-	Melhor Forma de policiamento .....	63
Tabela 16	-	Implantação do Policiamento Comunitário.....	64
Tabela 17	-	Atuação Pró-ativo e Reativo .....	65
Tabela 18	-	Avaliação do Policiamento Comunitário .....	66

## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	-	Distribuição de Domicílios por Classe de Renda Bruta Mensal.....	45
Gráfico 2	-	PERFIL DOS POLICIAIS - Idade.....	51
Gráfico 3	-	Curso de Capacitação .....	52
Gráfico 4	-	Qual o seu sexo.....	53
Gráfico 5	-	ENTREVISTA COM POLICIAIS - Comunidade onde trabalha .....	54
Gráfico 6	-	Trabalha sempre na mesma área.....	55
Gráfico 7	-	Forma de Atuação .....	56
Gráfico 8	-	Ações Sócio-recreativas .....	57
Gráfico 9	-	PERFIL DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS - Idade .....	58
Gráfico 10	-	Qual o seu sexo.....	59
Gráfico 11	-	ENTREVISTA LÍDERES COMUNITÁRIOS - Policiamento .....	60
Gráfico 12	-	Conhece o policial que trabalha na sua área....	61
Gráfico 13	-	Relação Policial/comunidade.....	62
Gráfico 14	-	Melhor Forma de policiamento .....	63
Gráfico 15	-	Implantação do Policiamento Comunitário.....	64
Gráfico 16	-	Atuação Pró-ativo e Reativo .....	65
Gráfico 17	-	Avaliação do Policiamento Comunitário .....	66

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BPM-RN	Batalhão de Polícia Militar do Rio Grande do Norte
CNPPC	Curso Nacional Promotor de Policiamento Comunitário
CAO	Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais
DF	Distrito Federal
IARA	Identificação, Análise, Resposta e Avaliação
NUSEG	Comunitários de Segurança
PCS	Posto Comunitário de Segurança
PMDF	Polícia Militar do Distrito Federal
PMESP	Polícia Militar do Estado de São Paulo
POG	Policiamento Ostensivo Geral
PRONASCI	Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania
RA-XV	Região Administrativa XV
SENASP	Secretária Nacional de Segurança Pública
SSP	Secretaria de Segurança Pública

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>12</b>
<b>CAPITULO I REFERENCIAL TEÓRICO .....</b>	<b>17</b>
<b>CAPITULO II A ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA.....</b>	<b>27</b>
<b>CAPITULO III A COMUNIDADE ASSISTIDA PELA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA NO RECANTO DAS EMAS/DF .....</b>	<b>40</b>
<b>CAPITULO IV METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA .....</b>	<b>49</b>
<b>CONCLUSÃO E PROPOSTA PARA O ENVOLVIMENTO DIRETO E INDIRETO DA COMUNIDADE.....</b>	<b>68</b>
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>77</b>
<b>APÊNDICE A - Questionário Aplicado aos Policiais.....</b>	<b>80</b>
<b>APÊNDICE B - Questionário Aplicado aos Líderes Comunitários .....</b>	<b>81</b>
<b>APÊNDICE C - Demonstrativo Resultados obtidos Pesquisa com Policiais.....</b>	<b>82</b>
<b>APÊNDICE D - Demonstrativo Resultados obtidos Pesq Líderes Comunitários....</b>	<b>83</b>

## INTRODUÇÃO

O presente estudo técnico científico tem como tema “A atuação pró-ativa da polícia militar comunitária: seu grau de envolvimento direto e indireto junto à comunidade assistida no Recanto das Emas/DF”. A delimitação deste tema foi motivada pela necessidade de estabelecer um comparativo analítico entre a atuação reativa e a pró-ativa da Polícia Militar Comunitária, e seus efeitos frente à comunidade local do Recanto das Emas (RA-XV), Distrito Federal, promovendo segurança, organizando conhecimento e rotina em torno de atividades e culturas relacionadas ao policiamento comunitário. O trabalho ora desenvolvido é um dos requisitos básicos para a conclusão do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Polícia Militar do Distrito Federal.

Nesse sentido, quando se fala em criminalidade, logo se pensa onde surge e se desenvolve sua raiz, qual seja na sociedade; grande celeiro aonde se encontra inserido e por consequência aparecem, enquanto os agentes do poder público tem o dever legal de protegê-la. O Estado com seu sistema tradicional e inoperante, tenta inutilmente abater esse triste fenômeno social que é o crime, porém o que se vê é o crescente aumento dessa atividade escusa chamada crime, onde o cidadão comum se vê cada vez mais refém do medo e da insegurança, até mesmo dentro de sua própria casa.

Neste panorama dinâmico e caótico, o poder público, através de seus órgãos de segurança, se viu obrigado a remodelar esse modelo tradicional de combate à criminalidade, com vistas a adequá-lo e incrementá-lo com o fim de administrar e conter esse intenso conflito social.

Uma das iniciativas implementadas pelo Governo Federal, foi a de que as secretarias de segurança pública de todos os estados suplantassem o quadro de

crise, com o propósito de se criar uma nova estruturação das polícias com enfoque em um modelo gerencial. Esse modelo continha em seu bojo estruturas policiais flexíveis, atuando de forma descentralizada, contando para isso com a participação da comunidade, a qual também teria sua cota de cooperação dentro de todo esse processo.

Com isso, houve vários estudos e projetos direcionados a esse novo modelo de Polícia, na qual fora indicada como a mais adequada, a implementação da “Filosofia da Polícia Comunitária<sup>1</sup>”, devido a compatibilidade que seus princípios teriam ao que estaria sendo proposto a nível nacional naquela ocasião, ou seja, em uma forma administrativa descentralizada, permitindo a execução de planos e metas eficazes e ao mesmo tempo admitindo um determinado controle por parte da sociedade.

Ao se analisar o sentido amplo do que decorre na Policia Comunitária percebe-se que esta se encontra centrada em uma filosofia e uma estratégia organizacional, onde a resolução de conflitos passa por uma série de atividades desenvolvidas, tanto por parte de policiais como também pela comunidade e outros órgãos públicos envolvidos.

Mas, algumas destas experiências e inovações são geralmente reconhecidas "como a base de um novo modelo de polícia, orientada para um novo tipo de policiamento, mais voltado para a comunidade, que ficou conhecido como policiamento comunitário" (TRAJANOWIZ e BUQUEROUX, 1999).

As atividades desenvolvidas dentro desse novo modelo passam por uma transformação na doutrina de atuação clássica por parte dos órgãos de segurança, ou seja, uma mudança de paradigmas no sentido de desenvolver ações próprias, porém,

---

<sup>1</sup> Projeto inspirado no paradigma da polícia comunitária implantada nas décadas de 70 e 80 nos Estados Unidos e no Canadá. Nesses países, esse modelo é visto como [...] “uma filosofia e uma estratégia organizacional; como filosofia é entendida como uma nova visão operacional para o controle do crime e da desordem; como estratégia organizacional, uma nova forma da organização policial a se estruturar para responder aos princípios estabelecidos pela nova visão comunitária” (CERQUEIRA, 2001, p. 151).

admitindo-se a participação da comunidade, no sentido de que cada seguimento estivesse imbuído de suas respectivas responsabilidades.

Para tanto, é importante destacar a problematização, foco do presente estudo, que norteou essa pesquisa: *“A atuação pró-ativa desenvolvida pela Polícia Militar Comunitária interfere na resolução de problemas no campo próprio da segurança pública”?* Portanto, foi proposto por meio desta pesquisa buscar respostas formulando duas hipóteses, a saber: o desempenho pró-ativo da Polícia Militar Comunitária na resolução de problemas estranhos à sua área específica de atuação, reflete ganhos expressivos na prevenção e redução da criminalidade; e os efeitos da atuação pró-ativa do policial refletem direta ou indiretamente no campo da segurança pública frente à comunidade local.

O desenvolvimento desta pesquisa dentro desse cenário tem como objetivo analisar o trabalho desenvolvido pelo Policial Militar Comunitário na Região Administrativa do Recanto das Emas (RA-XV), mostrando ser necessário estabelecer ditames quanto a forma de atuar da polícia e de integrá-la a esse novo modelo participativo, priorizando uma ação mais antecipada (preventiva) do que a repressiva (reativa) propriamente dita, tendo como objetivo geral avaliar comparativamente as atuações diversas de caráter pró-ativo e reativo desempenhadas pelo Policial Militar Comunitário dentro do contexto de resolução de problemas da comunidade local e suas consequências benéficas. Em razão dos resultados apresentados pela atuação da polícia tradicional, a qual se direciona pelo fator norteador da reatividade, esboçando com isso resultados não satisfatórios e contumazes pontuais; é conveniente que se estabeleça um comparativo entre os processos reativos e pró-ativos, este último, dentro da filosofia da Polícia Comunitária, a fim de se estabelecer um painel objetivo e aceitável, para se

equacionar ou mesmo extinguir determinados problemas e/ou conflitos que afligem a comunidade alvo. Com isso, analisando essa antecipação aos problemas e anseios da comunidade direcionam-se através da matéria do presente trabalho, onde o desempenho pró-ativo do Policial Militar Comunitário na resolução de problemas estranhos à sua área específica de atuação, reflete ganhos expressivos tanto na prevenção e redução da criminalidade, quanto na redução de locação de recursos direcionados a este tipo de projeto. Deste modo, o tema justifica-se pela importância que o Policial Comunitário tem junto a comunidade assistida, proporcionando um grau de envolvimento direto ou indireto dentro e fora do ambiente de trabalho e acima de tudo conferindo um resultado pró-ativo no campo da segurança da comunidade se antecedendo aos problemas antes mesmo que eles venham acontecer.

Desta forma, para que os objetivos propostos sejam atingidos, serão realizados: levantamento da bibliografia; seleção bibliográfica e da documentação a ser utilizada; leitura analítica do material pesquisado; fichamento dos assuntos levantados na pesquisa. Faz-se necessário uma pesquisa bibliográfica abordando a atuação preventiva desenvolvida pela Polícia Militar Comunitária, bem como o seu papel junto à comunidade na política de segurança.

A pesquisa de campo será realizada na Região Administrativa do Recanto das Emas (RA-XV), Distrito Federal. Considerar-se-á um universo de duas categorias sendo uma formada de policiais que atuam na área e outra de líderes comunitários também da referida área.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, qualitativa e exploratória, que segundo Godoy (1995, p.62) ressalta a diversidade existente e enumera “o significado que as pessoas dão às coisas e à sua vida”. Essa pesquisa reúne subsídios para as argumentações que



proporcionam respostas à situação problema deste trabalho. O autor lança mão de aspectos qualitativos, no momento em que coleta dados por meio de um questionário com perguntas fechadas na cidade-campo e pesquisa bibliográfica. As respostas às indagações propostas no trabalho determinam as relações entre os componentes da pesquisa.

Dessa forma o trabalho será organizado em capítulos. Sendo que a Introdução não se constitui em capítulo. O Capítulo I, versa sobre o referencial teórico com aspectos, importância e processo de atuação pró-ativa dentro do contexto de resolução de problemas da comunidade local e suas consequências benéficas. O Capítulo II aponta a interação da Polícia Comunitária com a comunidade assistida e a atuação pró-ativa do policial, seu grau de envolvimento direto e indireto. O Capítulo III versa sobre a atuação da Polícia Militar na comunidade assistida no Recanto das Emas/DF considerando a relevância do papel do policial bem preparado para o exercício do cargo. O Capítulo IV, retrata a metodologia e análise dos dados coletados na pesquisa efetuada na cidade-campo, e como conclusão as considerações finais sobre o tema baseadas no resultado da pesquisa de campo.

Realmente o estudo que envolve essa pesquisa pretende analisar, registrar, classificar e interpretar fatos de natureza física e social, expondo determinados fenômenos e situações que levam o objetivo da pesquisa a adotar certos comportamentos ou emitir opiniões sobre tal situação, estabelecendo uma relação de causa e efeito, ou seja, compreender e descrever com clareza uma determinada situação aplicada a um grupo específico de pessoas. Portanto, a pesquisa aponta e fundamenta a necessidade da atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária junto à comunidade assistida, visto se tratar de um instrumento de grande relevância na conquista da segurança pública comunitária e seu grau de envolvimento direto e indireto pode ser considerado satisfatório e revelando que tem conquistado seu espaço no universo comunitário.

## **CAPÍTULO I**

### **REFERENCIAL TEÓRICO**

O processo evolutivo da história da Polícia Militar do Distrito Federal começa no século XIX, com a vinda da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, por causa do bloqueio continental e da invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão Bonaparte. Dom João VI, o príncipe regente, e sua corte necessitariam de uma grande estrutura no Brasil-Colônia e, com isso, cria a Divisão Militar da Guarda Real de Polícia do Rio de Janeiro, primeiro núcleo da Polícia Militar do Distrito Federal, que tinha a missão de guardar e vigiar a cidade do Rio de Janeiro. Essa divisão também foi chamada de Corpo de Quadrilheiros e foi rebatizada várias vezes. A atual Polícia Militar do Distrito Federal foi transferida do Rio de Janeiro para a nova capital da república, Brasília, em agosto de 1965. Mas, somente em 1966, o comandante geral da corporação, instalou na nova capital uma unidade administrativa com efetivo orgânico de uma Companhia de Polícia Militar, com profissionais vindos da PM do Rio de Janeiro, oficiais do Exército Brasileiro e mais alguns remanejados de outras instituições de segurança pública, em virtude da reorganização do DF em Brasília.

Nesses anos de existência, a Polícia Militar do Distrito Federal dedica-se à segurança pública da capital federal, atuando em todas as regiões do DF e trabalhando dia e noite para o bem-estar comunitário.

Atualmente a Polícia Militar do Distrito Federal tem um contingente policial formado por cerca de 15.100 homens espalhados pela Capital em 14 Batalhões, unidades

operacionais especiais sob 4 Comandos Intermediários, além de unidades médico-hospitalares, educacionais e administrativas (PMDF, 2010).

Todavia, vale ressaltar que a história está em constante mutação e portanto, durante todo o século XX a atuação da polícia militar foi exigida e se fez presente para combater a violência que tem dado mostras de absoluta atrocidade e de sua infinita capacidade destrutiva e, ainda que se invoquem fundamentos históricos, motivos raciais, necessidades sociais, fatores econômicos, motivos e estratégias políticas, a violência há de ser compreendida, potencializada ou não pela tecnologia, em se tratando de um mecanismo de amplificação do vigor humano, como algo impossível de justificação.

Devido ao caráter dinâmico da profissão os policiais, civis e militares, precisam estar sempre atualizados e bem capacitados, sobretudo em temas cruciais para suas atividades de interlocução com a comunidade local como técnicas de uso comedido da força, uso da arma, abordagem, mediação de conflitos, Direitos Humanos, cultura da paz, dentre outros.

Por conta da violência nos inúmeros e lamentáveis episódios ocorridos, verificou-se um movimento bastante intenso do policial militar atuando justamente no combate à criminalidade e na proteção comunitária. Dentro do contexto de respeito ao ser humano, emerge como de fundamental importância o princípio da dignidade da pessoa humana e direito à segurança.

Corroborando com esse entendimento, Bittar (2004) discorre:

o século XX é reconhecido não só como século da ciência e da tecnologia, mas também como um século conturbado, conflituoso, dicotômico e profundamente marcado pelas diferenças. Grande parte dos acontecimentos que ocorreram neste período histórico teve suas condições de gestação em períodos anteriores, de modo que o século XX não pode ser visto como um momento isolado da história da humanidade, mas como um momento de culminância e de convergência para o qual afluíram, e no qual desembocaram diversas práticas diretamente responsáveis pela usurpação, pelo

domínio, pela exploração, pela manipulação, pela belicosidade, pelo extremismo ideológico, pela perseguição racista (p.78).

Atualmente, a polícia militar está numa fase rumo à universalização do respeito, onde resistências culturais e localizadas se fazem atuantes. Entretanto, as conquistas em prol do respeito aos direitos humanos prosseguem lado a lado com o contingente da polícia militar. De qualquer forma, o cenário atual se revela muito mais evoluído se comparado àquele existente há pouco mais de cinco décadas atrás.

No que se refere à atuação do policial militar nos últimos tempos com referência aos Direitos Humanos, o autor desta pesquisa entende que são todos aqueles direitos inerentes à pessoa humana, sem maior e menor grau de valoração e que possam ser fator garantidor do bem estar social através da igualdade, fraternidade e da proibição de qualquer espécie de discriminação, observados.

Nas palavras de Silva (1999), não se aceita mais com tanta facilidade a idéia de que os policiais militares confundam direitos humanos com os direitos naturais, provenientes da natureza das coisas, inerentes à natureza da pessoa humana; direitos inatos que cabem ao homem só pelo fato de ser homem, mas que são direitos positivos, históricos e culturais, que encontram seu fundamento e conteúdo nas relações sociais materiais em cada momento histórico.

Seguindo a linha de raciocínio traçada por Bobbio (1992), manifestando seu descrédito quanto a atuação da polícia na tentativa de definir os direitos humanos, afirma que “a idéia de que os direitos humanos são direitos naturais, os que cabem ao homem enquanto homem é meramente tautológica, não servindo para traduzir seu verdadeiro significado e seu preciso conteúdo” (p.102).

Bobbio acrescenta ainda que

a enfática expressão “direitos do homem”, tomada nesta perspectiva, pode provocar equívocos, já que faz pensar na existência de direitos que pertencem a um homem essencial e eterno, de cuja

contemplação derivaríamos o conhecimento infalível dos seus direitos e deveres (p.103).

No entanto, o autor contrapõe que o policial deve entender que “os direitos humanos são o produto não da natureza, mas da civilização humana; enquanto direitos históricos, eles são mutáveis, ou seja, suscetíveis de transformação e ampliação” (p.104).

Entretanto Trindade (2006) complementando os conceitos de Bobbio entende que:

o Direito dos Direitos Humanos não rege as relações entre iguais; opera precisamente em defesa dos ostensivamente mais fracos. Nas relações entre desiguais, posiciona-se em favor dos mais necessitados de proteção. Não busca um equilíbrio abstrato entre as partes, mas remediar os efeitos do desequilíbrio e das disparidades. Não se nutre das barganhas da reciprocidade, mas se inspira nas considerações de ordem pública em defesa dos interesses superiores, da realização da justiça. Neste domínio de proteção, as normas jurídicas são interpretadas e aplicadas tendo sempre presentes as necessidades prementes de proteção das “supostas vítimas”.

Entretanto, o policial militar na sua função de preservar a segurança pública frente aos Direitos Humanos fundamentais, precisa entender o pensamento de Trindade, que define como o direito à vida, à alimentação, à saúde, à moradia, à educação, o direito ao afeto e à livre expressão da sexualidade dentre outros.

A polícia em sua atuação prática demonstra resistência às mudanças na política de segurança pública, agindo tão somente como cumpridor da Lei e foca sua atuação no infrator e nas consequências de sua ação desordeira. Age em reativo à propagação da violência e busca desesperada da contenção do índice de crimes, situação avessa à exigida prática ininterrupta de atividades pró-ativas ao alcance das garantias individuais e coletivas aos cidadãos que vivem num Estado Democrático de Direito.

Peel (1970) implantou na Inglaterra a chamada polícia moderna, com modelos diferentes que buscavam a visão sistemática em problemas de criminalidade,

exigindo da polícia a prevenção ao crime e à desordem. O corpo policial passava a atuar de forma interativa com a sociedade, buscando a cooperação da comunidade, sem desgarrar-se das observâncias da lei, estabelecendo confiança e respeito dos cidadãos.

A polícia brasileira no seu percurso histórico resolve adotar as ideias de Peel (1970) e deixa de atuar como polícia de preservação da ordem pública, para atuar como polícia de cumprimento da lei. A sociedade avançou e alcançou mudanças significativas aos padrões de conduta, da valorização da agressividade como fator decisivo à proteção da vida para a cultura aos valores éticos e morais.

Segundo o autor citado, a crescente desse fenômeno desperta na sociedade a sensação de fragilidade e desproteção, inversamente proporcional na capacidade do Estado em exercer o controle da violência, ao que a sociedade vislumbra.

O policial tem a obrigação de salvaguardar os Direitos e Garantias Fundamentais da pessoa humana previstos na Constituição Federal de 1988, do art. 5º ao 17. Todavia, é no art. 1º, III, que se encontra o Princípio da dignidade da pessoa humana, positivado como Fundamento da República Federativa do Brasil. O *caput* do mesmo artigo estabelece que o Brasil é um Estado Democrático de Direito.

Sobre o tema referente aos direitos humanos, Capez (2009) explica que:

verifica-se o Estado Democrático de Direito não apenas pela proclamação formal da igualdade entre todos os homens, mas pela imposição de metas e deveres quanto à construção de uma sociedade livre, justa e solidária; pela garantia do desenvolvimento nacional; pela erradicação da pobreza e da marginalização; pela redução das desigualdades sociais e regionais; pela promoção do bem comum; pelo combate ao preconceito de raça, cor, origem, sexo, idade e quaisquer outras formas de discriminação (CF, art. 3º, I a IV); pelo pluralismo político e liberdade de expressão das ideias; pelo resgate da cidadania, pela afirmação do povo como fonte única do poder e pelo respeito inarredável da dignidade humana (p. 6).

Assim, cabe aos responsáveis pela ordem e segurança o cumprimento das leis compatíveis com a dignidade da pessoa humana. Atualmente, em se tratando

das leis penais, Capez explicita que “qualquer construção típica, cujo conteúdo contrariar e afrontar a dignidade humana será materialmente inconstitucional, atentando assim contra o próprio fundamento da existência do Estado” (p. 07).

Na Antiguidade, o Estado desconhecia qualquer forma de limitação ao seu poder, ou seja, as atitudes tomadas nasciam da vontade soberana daquele que detinha o poder, mas hoje a atuação pró-ativa do Policial Militar junto à comunidade assistida conta com a participação dos indivíduos da comunidade.

O cidadão na antiguidade era aquele que estava integrado na vida política da cidade, em contrapartida o cidadão pós-moderno se envolve direta ou indiretamente nos assuntos que afetam o bem-estar da coletividade. Assim, na atualidade a atuação do policial militar é norteadada pela garantia dos "direitos humanos". Diante disso, já no século XVIII, o habeas-corpus, por exemplo, tinha nítido sentido de universalidade, finalmente originava-se um direito destinado a todos os homens. Rousseau após a revolução francesa já apregoava os direitos sociais do homem: direitos relativos ao trabalho e a meios de existência, direito de proteção contra a indigência e direito à instrução.

Dessa forma vale lembrar que esses direitos supra mencionados, ainda carregavam consigo duas grandes falhas, uma vez que ainda não eram reconhecidos internacionalmente, e não eram destinados à todas as pessoas.

Nesse sentido, reflete Tosi (2005):

a Declaração dos direitos do homem e do cidadão após a Revolução Francesa não considerava as mulheres como sujeitas de direitos iguais aos dos homens. Em geral, em todas estas sociedades, o voto era censitário e só podiam votar os homens adultos e ricos; as mulheres, os pobres e os analfabetos não podiam participar da vida política.

O autor da pesquisa em foco acrescenta esses direitos humanos apesar de não fazerem parte do escopo deste trabalho, apenas para mostrar que a atuação pró-ativa do policial militar comunitário reconhece nos referidos direitos humanos, a garantia de proteção do homem diante de tantas atrocidades que acontecem.

No decorrer da história, homens, mulheres, autoridades, comunidades, sociedades e nações, humilharam, desrespeitaram, menosprezaram e exterminaram outros homens, por muitos e muitos anos não haviam instituições ou organizações, onde as pessoas que eram vitimadas em seus direitos essenciais, pudessem buscar a sanção para aqueles que os desrespeitavam. Mas, a realidade agora é outra e conta com a participação do policial militar este herói, muitas vezes anônimo assistindo direta ou indiretamente no contexto comunitário no qual está inserido.

Constitucionalmente, os direitos e garantias fundamentais da comunidade assistida pelo indivíduo encarregado de zelar pela ordem pública são tão importantes que não existe um direito mais importante que o outro. Portanto, nenhum deve ser esquecido. Respeitar os Direitos Humanos é promover a vida em sociedade, sem discriminação de classe social, de cultura, de religião, de raça, de etnia, de orientação sexual. O policial deve ter em mente que “para que exista a igualdade de direitos, é preciso o respeito às diferenças”. No que se refere à igualdade racial e entre homens e mulheres, estas são fundamentais para o desenvolvimento da humanidade (BRASIL, MS, 2006, p.52).

Deste modo, estudiosos relataram que no âmbito da mediação de conflitos na comunidade assistida os responsáveis por promover a paz devem verificar a possibilidade da resolução de um contencioso, através do diálogo e do consenso, para isso torna-se necessário, na primeira etapa, a disposição das partes para a resolução do conflito e em segundo, a intervenção de uma terceira pessoa imparcial que busque tornar real uma transação satisfatória para os envolvidos na demanda. Em vista disso, a necessidade do mediador ser preparado para tal atuação é imprescindível.

Sales (2004) parte do pressuposto de que as pessoas podem reter o poder de decisão a respeito de suas vidas e relata que:



o conflito, normalmente, é compreendido como algo negativo, que coloca as partes umas contra as outras. A mediação tenta mostrar que as divergências são naturais e necessárias, pois possibilitam o crescimento e as mudanças. O que será negativo é a má-administração do conflito. Ainda deve ser esclarecida a necessidade de que a boa-fé seja traço marcante naqueles que procuram ou são convidados a participar de um processo de mediação, pois, caso contrário, torna-se quase impossível um diálogo franco e justo. No tocante à pacificação, ressalta-se que se pratica a paz quando se resolve e se previne a má-administração dos conflitos, quando se busca o diálogo, quando se possibilita a discussão sobre direitos e deveres e sobre responsabilidade social; quando se substitui a competição pela cooperação (p.13).

Segundo a autora a mediação, como forma pacífica e participativa da solução de conflitos, exige das partes envolvidas a discussão sobre os problemas, sobre os comportamentos, sobre direitos e deveres de cada um. Dessa forma, a mediação de conflitos é utilizada como uma forma de prevenção, atuando junto à comunidade. Agindo em situações dessa natureza, o policial junto à comunidade assistida pode evitar o crime ou grandes tragédias. O policial na atuação pró-ativa em que se pretende um acordo está também contribuindo para a transformação no comportamento relacional dos indivíduos conflitantes.

Diante do expressivo grau de atuação do policial transmitindo ao cidadão comum sua forma efetiva de interagir na promoção da segurança pública, a polícia comunitária ganhou força, e as inovações apresentadas pelas polícias de outros países, deram suporte ao movimento no Brasil propiciando a reestruturação e aprimoramento na forma de lidar com o conflito, a criminalidade, principalmente com a aproximação da comunidade como suporte para sua atuação direta ou indireta.

Como em todo processo inovador surgem os entraves, com a implantação da polícia comunitária, a reação dos envolvidos não foi diferente, visto que a descrença por parte dos próprios policiais serviu de dificultador para o entendimento relativo à filosofia da Polícia Comunitária sob a alegação de que o movimento nada tinha a ver com trabalho policial, cujo objetivo era de manter a ordem prendendo os bandidos.

Este pensamento por parte de alguns policiais avessos ao progresso ocorria por desconhecimento dos pressupostos teóricos desta nova polícia, demonstrando desinteresse em evoluir o seu ofício em termos de qualidade e produtividade.

Mas, mesmo diante de obstáculos por parte de alguns policiais contrários ao movimento em prol da polícia comunitária a ideia implantada começou a gerar resultados.

Segundo Fernandes (1994) “o modelo de polícia comunitária é uma maneira inovadora e poderosa, com emprego de sua filosofia plena, exigindo a implementação de ações pró-ativas focadas no cidadão”. Este modelo conforme explica o autor citado, implica na mudança comportamental do policial e da instituição policial, promovendo e provocando mudanças consideráveis na atuação policial que convoca a sociedade a se engajar e participar do processo, como reza a Constituição Federal. Na busca desta implantação surge o desafio do profissional de segurança pública que aceita servir e proteger o cidadão. Sua decisão deve ser permeada pela visão sistêmica de todas as questões que envolvem a deflagração do crime, sua propagação e da violência, deve além de buscar incansavelmente a prevenção, promover ações com amparo na pró-atividade.

A integração Polícia/Comunidade é importante tanto no contexto comunidade, quanto para a Polícia, ou seja, não é só a Polícia que ganha com essa integração, mas principalmente a comunidade que tem que confiar na Polícia, e sendo assim cooperar com o desempenho da função tanto investigativa, quanto preventiva. Tudo isso obtido através de informações prestadas pela própria comunidade que terá no policial civil um agente de sua confiança inserido na sua comunidade.

O policiamento comunitário de uma forma geral, tendo sob seu domínio a prevenção, investigação e controle social de delitos, além de aumentar a

credibilidade da Polícia com a população é a melhor forma de evitar o crime, do que após praticado, investigá-lo, e isso é possível, porque quando a polícia está integrada a comunidade as informações fluem e o policial tem condições de melhor analisar e saber quais as áreas mais carentes e deficientes de atuação policial.

É nesse contexto que se pode situar uma quebra de paradigmas e o surgimento de outros, quando se trata dos aspectos filosóficos, organizacionais e operacionais da polícia brasileira e, nesse âmbito, a ação da polícia comunitária visa a preservação da ordem pública (ALVARENGA, 2009).

O que se propõe com a Polícia Comunitária é em verdade a construção de um relacionamento sólido e cooperativo entre a polícia e a sociedade, onde ambas, Polícia e comunidade devem interagir em favor do bem comum. Logo, dessa união surge a filosofia da polícia comunitária cuja função de destaque é a prevenção criminal.

Diante de tantas evidências sobre o trabalho do policial comunitário cumpre apontar que o capítulo seguinte deverá fundamentar a interação entre os atores envolvidos e a população deve visualizar na figura do policial-militar, atuante e prestativo, um zeloso guardião da ordem e disciplina da vida social, digno da confiança e da admiração pública.

## CAPITULO II

### A ATUAÇÃO PRÓ-ATIVA DA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA

Definir a ação pró-ativa da polícia militar comunitária se antecedendo aos problemas antes mesmo que eles venham acontecer ainda é um desafio, a doutrina é bastante dividida. Alguns autores, dentre eles Carvalho (1998) define o policiamento comunitário como sendo uma filosofia, isto é, uma maneira de pensar. Outros autores, como: Skolnick e Bayley (2002) definem como uma estratégia organizacional, e há ainda aqueles que entendem que o policiamento comunitário é na verdade um misto desses dois entendimentos.

Nesse sentido, Trojanowicz e Bucqueroux (1999), define polícia comunitária como sendo uma filosofia e uma estratégia organizacional que promove uma nova parceria entre o povo e a sua polícia. Segundo os autores, ela baseia-se na premissa de que tanto a polícia como a comunidade, precisam trabalhar juntas, como parceiras iguais, para identificar, priorizar, e resolver problemas contemporâneos como crime, drogas, sensação de insegurança, desordens sociais e físicas e enfrentar a decadência dos bairros, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida na comunidade.

De acordo com Fernandes (1994), a polícia comunitária é:

um serviço policial que se aproxima das pessoas, com nome e cara bem definidos, com um comportamento regulado pela frequência pública cotidiana, submetido, portanto, às regras de convivência cidadã, pode parecer um ovo de Colombo (algo difícil, mas não é). A proposta de

Polícia Comunitária oferece uma resposta tão simples que parece irreal: personalize a polícia, faça dela uma presença também comum (p.10).

Segundo Fernandes, o fenômeno chamado polícia comunitária exhibe uma abordagem extremamente simples e ao mesmo tempo complexa ajustada aos contextos específicos da comunidade e como atuar preventivamente.

Desta forma Trojanowicz e Bucqueroux (1999) exibem suas ideias sobre a participação da comunidade:

o departamento pode receber a participação da comunidade através de técnicas tais como pesquisas e reuniões. Embora a maioria dos departamentos reconheça a importância desta participação na época da implantação, muitas vezes deixam passar oportunidades de envolver a comunidade no planejamento. Não apenas a ingerência da comunidade é valiosa, mas sua participação proporciona mais uma oportunidade de começar a construir uma relação nova e mais aberta com a comunidade, de modo que ela sinta que sua voz é ouvida (p.57).

É interessante notar que os autores citados, complementam suas ideias quando afirmam que “a concepção de que a polícia poderia atender de maneira mais apropriada aos cidadãos e às comunidades, a partir da instituição do Estado Democrático de Direito”, portanto fazem crescer em várias partes do mundo, a idéia de um policiamento próximo à comunidade, sob a égide de uma ideologia preventiva.

Essa filosofia no âmbito internacional aponta que diversos foram os países que implementaram o policiamento comunitário e obtiveram grande êxito, dentre eles a França e a Inglaterra. Em 1829, o Primeiro Ministro Inglês Sir Robert Peel, tendo por base a polícia francesa, criou a Real Polícia Metropolitana de Londres, tida por vários autores como a primeira organização policial moderna, estabelecendo nove princípios para regê-la, todos em sintonia com a filosofia de Polícia Comunitária. Segundo Marcineiro e Pacheco (2005) um dos princípios prevê que “a polícia deve se esforçar para manter constantemente com o povo [comunidade] um relacionamento que dê realidade à tradição de que a polícia é o povo [comunidade] e o povo é a polícia” (p.32).

Nos Estados Unidos da América o programa chamado de Policiamento Comunitário começou a partir de 1992, motivado por vários fatos ocorridos em Los Angeles, em virtude da crescente onda de violência policial e a alta corrupção das Polícias, com destaque para Nova Iorque, no governo Bill Clinton, onde este destinou recursos anuais da ordem de US\$ 8 bilhões, voltados ao treinamento, tecnologia e aproximação da comunidade. Criou-se um organismo denominado Community Oriented Police Services (COPS), vinculado ao Departamento de Justiça, com a missão de reformular as polícias estaduais e municipais, introduzindo programas comunitários, motivando a participação do cidadão e estimulando a valorização do serviço policial.

Diante disso, os EUA desenvolveram alguns programas comunitários, quais sejam:

- 1) *Tolerância Zero* - programa desenvolvido dentro do critério de que qualquer delito (de menor ou maior potencial ofensivo) deve ser coibido com o rigor da lei. Não apenas os delitos, mas as infrações de trânsito e atos anti-sociais como embriaguez, pichações, comportamentos de moradores de rua, etc. O programa exige a participação integrada de todos os órgãos públicos locais, fiscalizados pela comunidade. Não é uma ação apenas da polícia. A cidade que implementou este programa com destaque foi Nova Iorque que, devido ao excepcional gerenciamento reduziu quase 70% a criminalidade na cidade;
- 2) *Broken Windows Program* - baseado na "Teoria da Janela Quebrada" de George Kelling. O programa estabelece como ponto crucial a recuperação e estruturação de áreas comuns, comunitárias, ou mesmo a comunidade assumir o seu papel de recuperação social. Um prédio público preservado, o apoio para recuperação de um jovem drogado são mecanismos fortes de integração e participação comunitária. É a confirmação da teoria de Robert Putnam (engajamento cívico). Este programa também preconiza formas de prevenção criminal, reeducando a

comunidade;

3) *Policing Oriented Problem Solving* - o “Policimento Orientado ao Problema” é mais um meio de engajamento social. A premissa baseia-se no conceito de que a polícia deixa de reagir ao crime (crime fighting policing) e passa a mobilizar os seus recursos e esforços na busca de respostas preventivas para os problemas locais (problem-oriented policing); ao invés de reagir contra incidentes, isto é, aos sintomas dos problemas, a polícia passa a trabalhar para a solução dos próprios problemas. A noção do que constitui um problema desde uma perspectiva policial expande-se consideravelmente para abranger o incrível leque de distúrbios que levam o cidadão a evocar a presença policial. A expectativa é de que ao contribuir para o encaminhamento de soluções aos problemas, a polícia atrairá a boa vontade e a cooperação dos cidadãos, além de contribuir para eliminar condições propiciadoras de sensação de insegurança, desordem e criminalidade.

No Canadá, a polícia comunitária teve seus primeiros passos há aproximadamente 20 anos, quando o descrédito na instituição policial obrigou as autoridades e a população a adotarem providências para a reversão do quadro de insatisfação. A implantação durou cerca de oito anos e demandou medidas de natureza administrativa, operacional, mas principalmente a mudança na filosofia de trabalho com nova educação de todos os policiais.

Skolnick e Bayley (2006) lecionam que “o sistema de policiamento comunitário mais antigo e estabelecido de melhor forma é o japonês”, adotado imediatamente após a II Guerra Mundial, antes mesmo de se tornar popular (p.52).

Já Marcineiro e Pacheco (2005) vão mais além, afirmando que suas manifestações primeiras no Japão datam de 1879. O modelo japonês é calcado numa ampla rede de postos policiais denominados Kobans e Chuzaisoshos.

Os Kobans, são pequenos postos localizados em esquinas, similares aos brasileiros; e, os Chuzaishos, são residência do policial e sua família transformada em um pequeno escritório, mais comum em áreas rurais. O trabalho que os policiais realizam vai além do simples patrulhamento local, prestam também assistência à população através de visitas periódicas às famílias para obter e levar informações sobre a situação do bairro, oferecem aulas de trânsito, dão assistência às crianças e adultos que precisam de ajuda, apóiam os trabalhos voluntários, e ainda produzem boletins com informações de última hora e um jornal, considerado um meio de comunicação essencial pelos moradores. Essa técnica existe desde 1868, e assim o policiamento comunitário já faz parte do cotidiano dos japoneses.

Dessa forma, a adoção do policiamento comunitário implica numa drástica mudança em relação ao policiamento tradicional, entretanto, rejeitá-lo por completo seria um erro e, para que seja implementado um policiamento comunitário eficaz deve-se aproveitar os valores básicos do policiamento tradicional, tais como as respostas rápidas para aqueles casos de emergência, e a efetiva aplicação das leis existentes para que haja a promoção da segurança pública. Em outras palavras, o que se pretende com esse novo modelo estratégico, não é apenas solucionar os problemas já existentes, mas principalmente evitar a ocorrência dos mesmos através de um trabalho preventivo em consenso com a comunidade.

É por essas razões que se diz que o policiamento comunitário, é ao mesmo tempo uma filosofia e uma estratégia organizacional, pois enquanto filosofia, refere-se a uma nova missão para a policia, exigindo assim novas políticas e procedimentos para atingir os novos objetivos definidos. Diz-se que é também uma estratégia organizacional, pois se apóia em grande parte na alocação de policiais comunitários permanentemente a rondas específicas.



Foram traçadas em linhas gerais a atuação da polícia comunitária em vários países como modelo para o policiamento comunitário no Brasil.

Diante deste leque de sugestões a polícia comunitária no Brasil adotou a filosofia que tem suas raízes nos modelos internacionais já consagrados. Admite-se como filosofia, porque é uma nova forma de conceber e pensar a ação da polícia, mas também, é uma estratégia organizacional, pois significa também por em prática o que é idealizado para que seja concretizada a convivência e o trabalho da polícia e das pessoas, visando uma finalidade em comum: os problemas de criminalidade inerentes à sociedade moderna.

Nos anos 50 e 60 do século passado, pensava-se que o contato da polícia com a população deveria ser evitado por ser considerada uma fonte perigosa de corrupção. Aos policiais que patrulham as ruas, os Cosmes e Damiões, se recomendava distância dos moradores, dos comerciantes e dos pedestres. Esses policiais deveriam inibir o crime por sua mera presença e manter-se alerta para responder a alguma ocorrência (UNISUL,2009).

Dessa forma, no Brasil, a polícia comunitária foi introduzida a partir da década de 80, sendo que as primeiras experiências surgiram nas cidades de Guaçuí e Alegre no Espírito Santo no ano de 1988, locais estes que eram marcados pelos altos índices de criminalidade.

No Brasil, foram gradativamente surgindo em vários estados outros exemplos de iniciativas de instituições policiais com o intento de fazer o trabalho dos seus membros mais condizente com a realidade e respectivas necessidades da sociedade moderna. Nessa esteira de acontecimentos, foram se multiplicando programas e projetos que estavam em sintonia com os princípios e preceitos da filosofia da polícia comunitária. Esse quadro de pioneirismo disseminou a filosofia de

trabalho do policial, bem como, contribuiu decisivamente para a sua evolução profissional (UNISUL, 2009).

Em São Paulo, como na comunidade Jardim Ângela, que também enfrentava problemas com o índice de criminalidade e o poder público já não tinha controle algum sobre o problema. Com a implementação do policiamento comunitário nessa zona e o interesse e a participação da comunidade, os índices acabaram baixando e tornado-se aceitáveis. E a partir dessa experiência bem sucedida, a idéia dessa nova filosofia foi sendo implementada em outros lugares.

Seguidamente, o projeto se expandiu e em 2002, foi criado o 9º BPM-RN, sob o Comando do Major Araújo Lima, depois Tenente Coronel, que, com a experiência a nível nacional, tendo frequentado dezenas de cursos, especificamente de policiamento comunitário, implementou a filosofia definitivamente em Natal. Bairros como Potilandia, Neópolis, receberam curso de policiamento comunitário, onde participaram conjuntamente PMs e moradores locais. Logo estas comunidades receberiam sua base, viatura e efetivo policial. Não se pode olvidar da participação fundamental do Coordenador a assuntos comunitários da Secretaria de Estado de Segurança do Rio Grande do Norte, Padre João Batista que com um trabalho de dedicação exclusiva, contribuiu sobremaneira para a implementação da policia comunitária em Natal e Mossoró que recebera suas bases de policiamento comunitário.

Em 1995, o Rio Grande do Norte teve seu primeiro contato com o tema "policiamento comunitário", quando o curso de formação de oficiais da PM/RN formou a primeira turma do coronel Milton Freire de Andrade.

A trajetória histórica da polícia comunitária pode ser localizada desde a antiguidade na China e no Japão. Na época contemporânea, seu modelo foi adotado

pelos Estados Unidos, Canadá, França, Espanha, Austrália e Argentina. No Brasil, a comunitarização policial ocorre a partir de 1980 (UNISUL, 2009). No Brasil, o Coronel Carlos Nazareth Cerqueira é aceito unanimemente como um dos precursores da Polícia Comunitária e mentor das primeiras experiências desenvolvidas no solo nacional. Claudio Beato (2001) faz menção à experiência desenvolvida nas cidades de Guaçuí e Alegre, no Espírito Santo em 1994, quando o então Tenente Júlio César Costa, orientado pelo Cel. Cerqueira, exercitou medidas de preservação da ordem pública que poderiam ser consideradas como a primeira experiência brasileira de polícia comunitária. Esta experiência foi denominada de polícia interativa. Um reforço importante ao interesse dos policiais para a filosofia da polícia comunitária no Brasil foi a edição de Cadernos de Polícia, um deles sobre policiamento comunitário, pela Gráfica da Polícia Militar do Rio de Janeiro em 1993, sob a orientação do Cel. Cerqueira e a tradução em 1994 do livro de Trojanowicz e Bucqueroux, lembrado por Mesquita Neto (2002).

Vale lembrar que em 1991, a Polícia Militar do Estado de São Paulo promoveu o 1º Congresso de Polícia e Comunidade, sendo este considerado o marco inicial da discussão sobre o tema.

Admite-se, inclusive, que a maioria das experiências realizadas no sentido de implantação da polícia comunitária teve como ponto de partida a percepção de falhas existentes no modelo tradicional de atuação da polícia, criando a partir daí, uma busca de parceria no relacionamento entre policiais e os cidadãos da comunidade local.

Entretanto, as más ações policiais ocorridas no tempo e principalmente as executadas na ditadura militar em que os direitos do cidadão brasileiro foram rasgados e totalmente desrespeitados com grande número de pessoas inocentes ou

não criminosas sendo torturadas, mortas e desaparecidas ajudaram a distanciar de vez o povo da sua Polícia. Com esse afastamento a população passou a ter a Polícia não mais como sua amiga ou sua parceira contra o crime e, somente como sua protetora, dela exigindo tudo sem apoio nenhum a lhe fornecer em troca.

Aproveitando os espaços deixados entre Polícia e povo, o crime organizado foi assim ocupando os lugares vazios engrossando as fileiras do tráfico de drogas, raiz central de tantos outros tipos de crimes que assola o País. Com isso, as favelas, invasões, morros, foram dominados pelos traficantes que organizaram facções criminosas para maior fortalecimento, enquanto os agentes públicos viam naqueles amontoados de barracos de vidas subumanas apenas possíveis votos a serem comprados.

O tráfico passou então a funcionar como uma espécie de governo paralelo dentro das diversas comunidades, realizando em troca de favores e informações o trabalho social para o povo carente local, distribuindo alimentos, mantimentos e remédios que são tomados de assalto em cargas diversas para tais finalidades. Funcionando também o grande traficante como se fosse um Juiz opressor ou ditador na resolução das contendas do povo.

Assim, em diversas localidades, o povo por falta de opção, prefere o tráfico ao poder público. O policial fora trocado pelo traficante por pura imprevidência e inabilidade do Estado. A alternativa plausível para resgatar o espaço perdido é, sem sombras de dúvidas, o policiamento comunitário.

Na sociedade moderna, a existência da corporação policial traz atrelado três atributos norteadores que são o seu caráter público, a sua especialização e a profissionalização de seus membros. Nesse contexto, o caráter público do policiamento relaciona-se ao caráter coletivo da ação e à sua dependência e

financiamento por parte das comunidades; enquanto que a especialização tem relação direta com a exclusividade para se desempenhar uma determinada tarefa; e, a profissionalização dos indivíduos que compõem o seu quadro, se caracteriza pela preocupação com a qualidade no desempenho. Em linhas gerais, a implantação e funcionamento da polícia comunitária implica planejamento e organização em suas ações, para que alcance resultados concretos.

Alvarenga (2009) acrescenta que

a polícia é uma forma particular de ação coletiva, organizada como administrações públicas, com a missão geral de assegurar a soberania de seu Estado e a segurança dos súditos deste Estado. Tal missão é desempenhada por meio do uso legítimo da força aplicada a uma multiplicidade de atores e de situações internas, cuja força está condicionada e limitada pelos aparatos da lei.

Dentre os motivos que contribuem para a visão que se tem da importância do policiamento comunitário na prevenção da violência e da criminalidade, é que este tipo de policiamento é voltado justamente para desempenhar um trabalho preventivo em parceria com os cidadãos e, não somente para o atendimento de ocorrências e investigação criminal.

Com a atuação do policiamento comunitário em parceria com as pessoas, se viabiliza a definição de prioridades em relação à prevenção criminal além de adequar a ação policial às verdadeiras necessidades da comunidade.

Segundo Alvarenga os pressupostos básicos do policiamento comunitário são:

1. prioridade da atuação preventiva (proativa) da Polícia Militar, agindo prioritariamente, para evitar que delitos aconteçam, como atenuante de seu emprego repressivo;
2. presença mais permanente do policial-militar junto a uma determinada localidade;
3. parceria e cooperação entre a Polícia Militar e a comunidade na identificação dos problemas que lhes afetam, na sua discussão compartilhada e na busca de soluções conjuntas;

4. agilidade nas respostas aos desejos e às necessidades de proteção e socorro da comunidade, os quais são obtidos por meio de pesquisas constantes;
5. preferência pelo emprego do policiamento no processo a pé, mais próximo e em contato mais estreito com as pessoas;
6. resposta ao maior número possível de acionamentos tendentes à sua totalidade;
7. visão sistêmica da defesa social e da segurança pública e gestão compartilhada das políticas públicas;
8. transparência das atividades desempenhadas pela polícia, de forma a permitir um maior controle e participação no planejamento operacional, pela população;
9. atuação do policial-militar como planejador, solucionador de problemas e coordenador de reuniões para troca de informações com a população; e,
10. maior enfoque para a necessidade de um envolvimento comunitário, na busca da excelência organizacional da Polícia Militar, proporcionando melhor qualidade de vida à comunidade.

Assim, o policiamento comunitário é uma atividade específica da polícia, que compreende todas as ações policiais decorrentes desta estratégia, com destaque à Polícia Militar, quando na proteção do cidadão. Isto, porém, não faz com que sejam excluídas as atividades do policiamento tradicional realizadas normalmente pelo policial-militar. Aos enfoques da atuação tradicional são acrescentados procedimentos comunitários, visando adequar convenientemente o policial militar à nova filosofia.

A eficiência do trabalho da polícia está intimamente ligada ao bom relacionamento entre o cidadão e o policial. Os estudiosos da sociologia criminal entendem que a necessidade desta interação nada mais é do que uma “co-produção dos serviços policiais”, querendo com isso chamar a atenção para a relação simbiótica que deve existir entre a Polícia e o povo, ou seja, o povo precisa da

Polícia para compor a sua proteção e em contrapartida lhe fornece os meios para alcançar tal finalidade.

Um trabalho entre polícia comunitária e cidadãos ainda pode apresentar outros desdobramentos, tais como, uma melhor administração e resolução de conflitos e problemas na sua origem, aumentar a segurança e a motivação dos policiais e dos membros da comunidade no enfrentamento dos seus problemas com a violência e a criminalidade.

Através de um programa de policiamento comunitário bem aplicado, conseqüentemente há um aumento da qualidade de vida da comunidade, na redução do medo que sofre a população, na restauração da ordem pública danificada, na satisfação do povo em relação ao serviço policial prestado, no melhor relacionamento e confiança da sociedade nas ações policiais, além da redução da criminalidade e da real punição dos criminosos.

Com base nessas considerações, torna-se perceptível que a efetiva implantação do policiamento comunitário contribui para a prevenção do crime e o aumento da preservação dos direitos individuais e da dignidade da pessoa humana.

Segundo Trojanowicz e Bucqueroux (1999) para assegurar o êxito de quaisquer esforços de policiamento comunitário são identificados seis grandes grupos que são: a polícia, a comunidade, autoridades civis eleitas, a comunidade de negócios, outras instituições e a mídia.

Esses grupos são definidos da seguinte forma:

1. *o Departamento de Polícia* - compreendendo todo o pessoal, desde o chefe até os policiais e funcionários civis;
2. *a Comunidade* - incluindo desde os líderes comunitários formais e informais, tais como os presidentes de associações cívicas, sacerdotes e educadores, até organizadores

de atividades comunitárias e até os cidadãos comuns;

3. *autoridades Cívicas Eleitas* - incluindo o prefeito, o administrador da cidade, os vereadores, e quaisquer outros funcionários federais ou estaduais cujo apoio possa afetar o futuro do policiamento comunitário;
4. *a Comunidade de Negócios* - incluindo toda a gama de estabelecimentos comerciais, desde as grandes até as pequenas empresas;
5. *outras Instituições* - incluindo instituições públicas (justiça, serviços públicos, serviços de saúde, etc.) e instituições sem fins lucrativos, desde clubes de escoteiros até grupos de obras de caridade e grupos de voluntários; e,
6. *a Mídia*: tanto a eletrônica quanto a escrita.

Com a finalidade de complementar o que foi explanando com detalhes sobre a atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária, cabe ao autor desta pesquisa resumir em poucas palavras que atualmente as alterações profundas nos padrões e traços culturais de natureza militar e burocrática caracterizam as polícias brasileiras.



## CAPITULO III

### **A COMUNIDADE ASSISTIDA PELA POLÍCIA MILITAR COMUNITÁRIA NO RECANTO DAS EMAS/DF**

O modelo de Polícia Comunitária é uma tendência mundial, partindo do pensamento de que a comunidade, em razão do aumento dos índices de violência no mundo, vem buscando segurança por meio de alternativas que integram ações entre polícia e comunidade. Neste enfoque comunitário está inserido o DF e mais especificamente a cidade Recanto das Emas, que faz parte da Região Administrativa (RA-XV). A população da referida cidade será alvo das atenções por parte do autor desta pesquisa. Para tanto será necessário buscar na história, geografia e estatística, elementos que servirão de base para nortear o contexto que emerge o assunto proposto.

*Localização* - A implantação da Região Administrativa do Recanto das Emas se deu através do assentamento de famílias de baixa renda ocupantes de chácaras arrendadas que pertenciam a Fundação Zoobotânica da Região Administrativa do Gama/DF, cujo projeto foi proposto e aprovado em 1992.

*Histórico* - O nome da localidade se originou por ocupar a área de um sítio chamado Recanto onde vivia grande quantidade de emas, espécie própria do cerrado na região, que se localizava entre o Gama e Samambaia. Hoje o Recanto deixou de ser um simples assentamento e se transformou numa das cidades que mais cresce no Distrito Federal. Sua população já ultrapassa os 120 mil habitantes. A principal referência da cidade é o monumento das Emas, localizado na entrada, considerado um patrimônio da cidade. O Recanto das Emas hoje é formado por 59 quadras residenciais,

contando hoje com 100% de rede de esgoto, 100% de água potável, 95% de iluminação e cerca de 99% de asfalto e drenagem pluvial.



Fonte: CODEPLAN (2006)

#### QUADRO 1 - Recanto das Emas (Região Administrativa - RA XV)

De acordo com o mapa do Quadro 1, pode-se verificar que a cidade do Recanto das Emas, situa-se a sudoeste de Brasília, ao norte com a cidade de Samambaia, a sul Gama, a oeste com o estado de Goiás e a leste com a cidade de Riacho Fundo.

A comunidade assistida pela atuação da Polícia Militar Comunitária possui os indicadores sócio-econômicos que demonstram as condições de vida da população por Gênero, situação econômica, condições de emprego, escolaridade, sexo, dentre outros que serão analisadas a seguir.

Masculino		Feminino		Total	
Nº	%	Nº	%	Nº	%
52.628	51,5	49.643	48,5	102.271	100,0

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### QUADRO 2 - Recanto das Emas - População por Gênero

Conforme o Quadro 2, o percentual de indivíduos do sexo masculino é de 51,5%, fator considerável no sentido de se estabelecer ações mais direcionadas à prevenção de crimes nas áreas residenciais e comerciais, visto a probabilidade deste gênero na autoria desses mesmos delitos.

O levantamento da população urbana por idade no Recanto das Emas é de suma importância para que se possa estabelecer ações de prevenção contra delitos, crimes e outras atividades relacionadas à falta de segurança da comunidade, bem como promover ações sócio-recreativas para a população dentro de cada faixa etária.

<b>Faixa Etária</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Até 1 ano	3.285	3,2
2 a 4 anos	7.716	7,5
5 a 6 anos	4.581	4,5
7 a 9 anos	7.566	7,4
10 a 14 anos	12.629	12,3
15 a 18 anos	9.284	9,1
19 a 24 anos	11.092	10,8
25 a 29 anos	7.506	7,3
30 a 34 anos	9.495	9,3
35 a 49 anos	20.768	20,3
50 a 59 anos	4.852	4,7
60 anos ou mais	3.497	3,4
<b>Total</b>	<b>102.271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

### **QUADRO 3 - Recanto das Emas - População Urbana por Idade**

Conforme o Quadro 3, pode-se constatar que o maior percentual por faixa de idade foi de 35 a 49 anos (20,3%), e em segundo lugar a faixa de 10 a 14 anos (12,3%), o que demonstra que a cidade possui uma população jovem, necessitando de ações sócio-recreativas, bem parcerias com órgãos da iniciativa pública-privada, visando programas de inclusão de crianças e jovens em oficinas e cursos profissionalizantes.

O estudo do perfil da população do Recanto das Emas busca levantar o quantitativo de Chefe de Domicílio por Sexo conforme quadro abaixo:

<b>Masculino</b>		<b>Feminino</b>		<b>Total</b>	
<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>	<b>Nº</b>	<b>%</b>
18.304	<b>75,8</b>	5.841	<b>24,2</b>	24.145	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

### **QUADRO 4 - Recanto das Emas - Chefe do Domicílio por Sexo**

O Quadro 4 apresenta o resultado de que a maioria dos domicílios são chefiados por indivíduos do sexo masculino (75,8%), apontando a necessidade de priorizar rondas mais próximas às áreas residenciais, em horário de trabalho, devido a ausência do homem.

O levantamento das condições de vida quanto à População Urbana por Grau de Instrução visa mostrar o quanto é importante o policiamento comunitário no local.

<b>Grau de Instrução</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Analfabeto	3.166	3,1
Sabe ler e escrever	1.326	1,3
Alfabetização de Adultos	181	0,2
Pré-escolar	3.677	3,6
1º Grau Incompleto	46.207	45,2
1º Grau Completo	10.459	10,2
2º Grau Incompleto	8.741	8,5
2º Grau Completo	13.835	13,5
Superior Incompleto	1.628	1,6
Superior Completo	633	0,6
Mestrado	0	0
Doutorado	0	0
Menores de 7 anos fora da escola	12.418	12,1
<b>Total</b>	<b>102.271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### **QUADRO 5 - Recanto das Emas - População Urbana por Grau de Instrução**

Conforme o Quadro 5, o Grau de instrução predominante da população local é o 1º Grau Incompleto (45,2 %) e em seguida vem os que possuem o 2º Grau Completo (13,5%), o que reflete que se trata de uma população alfabetizada, facilitando portanto o entendimento da importância da atuação do Policiamento Comunitário na cidade.

A procedência da população investigada é um quesito que irá favorecer o pesquisador no sentido de conhecer o quantitativo dos habitantes que nasceram no DF.

<b>Naturalidade</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Região Norte	2.170	2,1
Região Nordeste	34.844	34,1
Região Sudeste	6.179	6,0
Região Sul	362	0,4
Região Centro-Oeste exceto DF	5.606	5,5
Distrito Federal	52.025	50,9
Entorno	1.085	1,1
Exterior	0	0
<b>Total</b>	<b>102.271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### **QUADRO 6 - Recanto das Emas - Naturalidade da População Urbana**

Segundo o Quadro 6, verifica-se que a maioria das pessoas são nascidas no DF (50,9%), o que torna um fator favorável para aceitação e interação da polícia com a comunidade assistida.

Para efeito de conhecimento dos indivíduos que habitam a cidade investigada foi feito um levantamento no sentido de identificar a cor ou raça revelada.

<b>Cor ou Raça Revelada</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Branca	25.259	24,7
Preta	5.034	4,9
Amarela	1.778	1,7
Parda/Mulata	69.688	68,1
Indígena	60	0,1
Não Declarada	452	0,4
<b>Total</b>	<b>102.271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### **QUADRO 7 - Recanto das Emas - População Urbana por Cor ou Raça Revelada**

Segundo o Quadro 7, a população por cor ou raça, apresentou um percentual de 68,1% na cor parda/mulata e em seguida com 24,7% a população de cor branca demonstrando um heterogeneidade da população.

O universo dos habitantes que moram na cidade por tempo de moradia no DF.

<b>Tempo de Moradia no DF</b>	<b>População</b>	<b>%</b>
Menos de 1 ano	2.261	2,2
1 a 2 anos	6.968	5,8
3 a 5 anos	12.479	12,2
6 a 9 anos	18.115	17,7
10 a 19 anos	37.165	36,3
20 a 29 anos	18.296	17,9
30 anos ou mais	7.988	7,8
<b>Total</b>	<b>102.271</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### **QUADRO 8 - Recanto das Emas - População Urbana por Tempo de Moradia**

Segundo o Quadro 8, a população por tempo de moradia no Distrito Federal apresenta um resultado de 36,3% possui tempo de moradia entre 10 a 19 anos e em segundo lugar vem 17,9% possuem entre 20 a 29 anos no DF, o que resulta em pontos positivos para o Policiamento Comunitário, devido a facilidade nas relações entre pessoas com costumes e culturas semelhantes.

A seguir será apresentado o quantitativo da Renda Bruta Média Domiciliar e *per-capita* da cidade, no intuito de revelar como anda o poder aquisitivo da população investigada.

Renda	Em R\$1,00	Em Salários Mínimos
Domiciliar	1.013	3,9
<i>Per-capita</i>	239	0,9

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

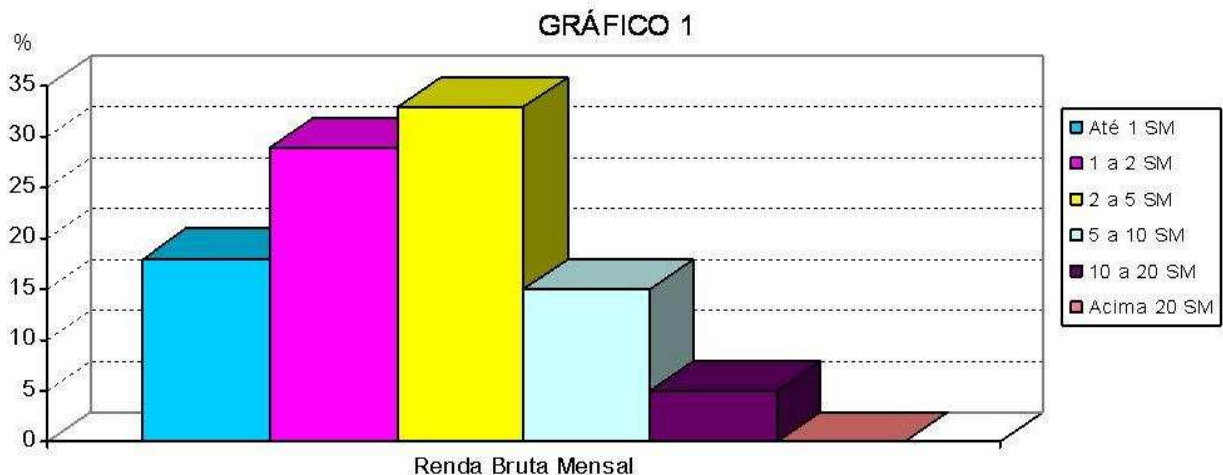
### QUADRO 9 - Recanto das Emas - Renda Bruta Média Domiciliar e *Per-capita*

Conforme o quadro 9, verifica-se que a renda domiciliar mensal do Recanto das Emas é de 1.013,00 reais ou quase dois salários mínimos e a *per-capita* é de 239 equivalente a meio salário mínimo, o que aponta rendas relativamente baixas.

A Tabela 1 tem a intenção de mostrar a distribuição de Domicílios por classe de renda Bruta Mensal

Renda Bruta Mensal	%
Até 1 Salário Mínimo	18
1 a 2 Salários Mínimos	29
2 a 5 Salários Mínimos	33
5 a 10 Salários Mínimos	15
10 a 20 Salários Mínimos	5
Acima de 20 Salários Mínimos	0
<b>Total</b>	<b>100</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004



O Gráfico 1 ilustra a Distribuição de Domicílios por classe de Renda Bruta Mensal no Recanto das Emas e revelam um painel considerável a fim de nortear o gerenciamento de ações e/ou programas sócio-recreativas junto a comunidade assistida. Onde podemos destacar para esse fim específico os domicílios onde a renda está entre 01 a 02 salários mínimos (29%) e de 02 a 05 salários mínimos (33%).

Serão cotados os dados que apontam a quantidade de Domicílios Urbanos segundo a condição de ocupação da residência no Recanto das Emas.

<b>Condição de Ocupação</b>	<b>Domicílios</b>	<b>%</b>
Próprio / Quitado	13.853	57,4
Próprio em Aquisição	91	0,4
Próprio / Terreno não legalizado	483	2,0
Próprio em Assentamento	6.561	14,7
Próprio em Área Arrendada	30	0,1
Alugado	3.712	15,4
Cedido	2.354	9,7
Funcional	0	0
Outros	60	0,2
<b>Total</b>	<b>24.145</b>	<b>100,0</b>

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### **QUADRO 10 - Recanto das Emas - Domicílios Urbanos conforme Condição de Ocupação**

Segundo indicativos do Quadro 10, a maioria da condição de ocupação dos domicílios urbanos, 57,4% são próprios / quitados. Dessa forma pode-se estabelecer uma tendência de ocupação perene, revelando um vínculo maior ao local, condição favorável para o desenvolvimento de ações de polícia comunitária.

Foi feito o levantamento da Distribuição dos Domicílios segundo a existência de infra-estrutura urbana.

<b>Infra-estrutura Urbana</b>	<b>%</b>
Rua asfaltada	98,0
Calçada	24,7
Meio-fio	94,4
Iluminação Pública	98,9
Rede de Água Pluvial	49,3

Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

#### **QUADRO 11 - Recanto das Emas - Distribuição de Domicílios com Infra-estrutura**

Segundo informações do Quadro 11, a distribuição dos domicílios por existência de infra-estrutura urbana, 98,0 % possuem pavimento asfáltico e 98,9% das vias contam com iluminação pública, o que dificulta ação de bandidos, favorecendo ao mesmo tempo, que sejam adotadas ações de Polícia Comunitária com eficiência nessa cidade.

O levantamento da Variação Criminal no Recanto das Emas, no Período compreendido entre janeiro a dezembro de 2007, comparada com a do mesmo período do ano de 2006, apresentou o seguinte resultado conforme Tabela 2

**TABELA 2 - Comparativo Anual de Criminalidade no Recanto das Emas/DF**

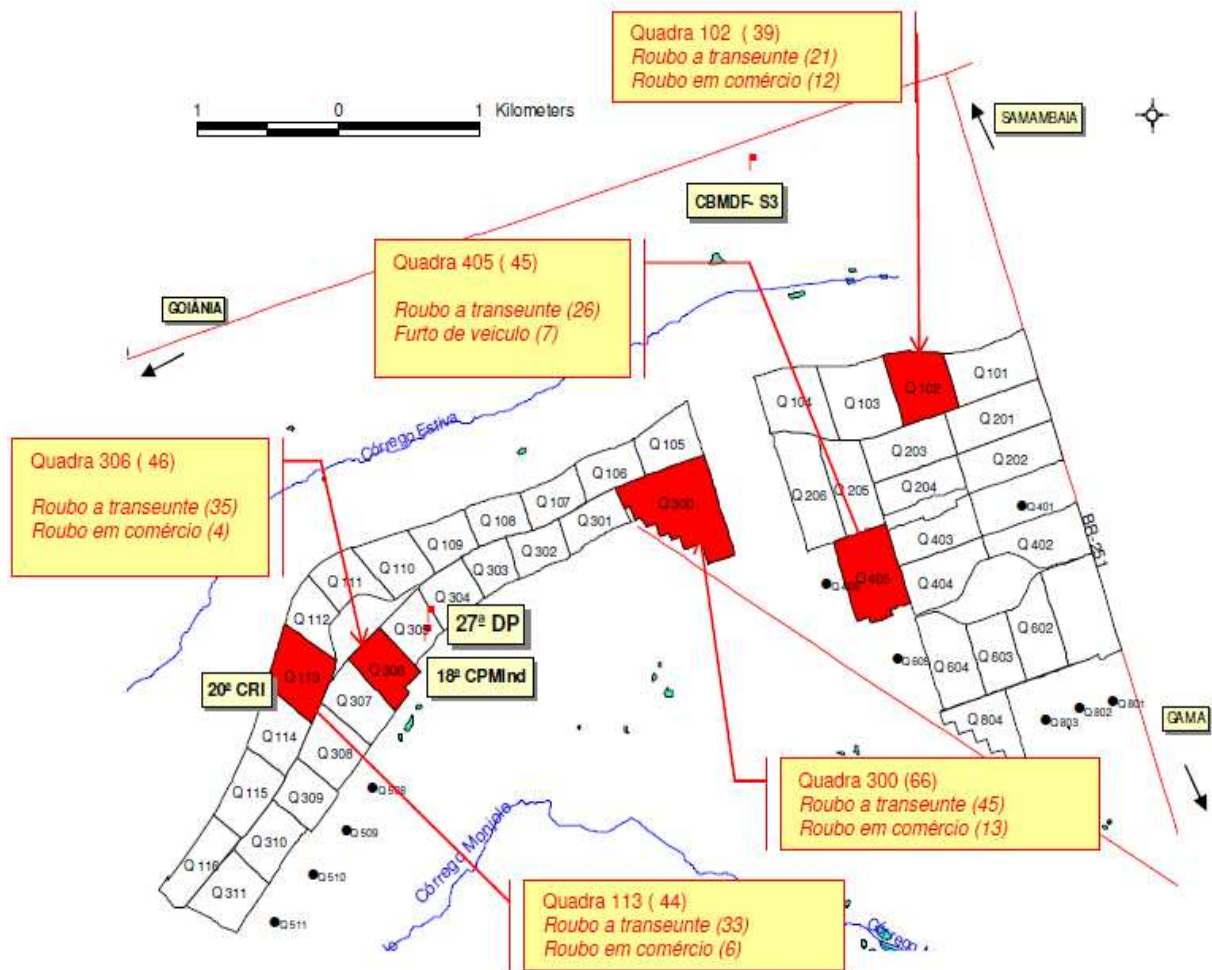
	NATUREZA / MÊS / ANO	TOTAL		VARIAÇÃO
		2006	2007	Quantidade
01.	HOMICÍDIO	29	46	17
02.	TENTATIVA DE HOMICÍDIO	50	66	16
04.	LESÃO CORPORAL DOLOSA	641	410	-122
06.	ESTUPRO	12	17	6
06.	TENTATIVA DE ESTUPRO	0	3	3
07.	ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	17	16	-1
07.	TENTATIVA ATENTADO VIOLENTO AO PUDOR	0	1	1
09.	ROUBO A CAMINHÃO DE BEBIDA	2	0	-2
12.	ROUBO A POSTO DE COMBUSTÍVEL	43	33	-10
13.	ROUBO A TRANSEUNTE	1.645	1.260	-375
14.	ROUBO A TRANSPORTE COLETIVO	22	30	8
16.	ROUBO COM RESTRIÇÃO DE LIBERDADE	8	12	4
17.	ROUBO DE CARGA	2	0	-2
18.	ROUBO DE VEÍCULO	73	63	-10
19.	ROUBO EM COMÉRCIO	102	172	70
20.	ROUBO EM RESIDÊNCIA	29	21	-7
21.	ROUBO SEGUIDO DE MORTE	4	6	2
22.	TENTATIVA DE LATROCÍNIO	20	21	1
23.	ROUBOS DIVERSOS	49	11	-37
24.	FURTO A TRANSEUNTE	770	603	-167
25.	FURTO DE VEÍCULO	96	164	68
26.	FURTO EM COMÉRCIO	124	87	-37
27.	FURTO EM RESIDÊNCIA	424	339	-85
28.	FURTO EM VEÍCULO	219	112	-107
29.	FURTOS DIVERSOS	209	266	-33

Fonte: Sistema Millenium / PCDF

A Tabela 2 apresenta os principais pontos de incidência de criminalidade entre os meses de janeiro e dezembro de 2006 e os mesmos em 2007. Conforme tabulado o roubo a transeunte foi o mais praticado.



A evolução da criminalidade no Recanto das Emas aponta as quadras 102, 113, 300, 306 e 405 como de maior incidência criminal, conforme Croquis abaixo.



Fonte: SEPLAN/CODEPLAN - Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios - PDAD 2004

### FIGURA 1 - Croquis Recanto das Emas - Áreas de maior incidência criminal

A Figura 1 mostra o panorama referente à criminalidade no Recanto das Emas. As Quadras em vermelho são as que apresentam maior número de registros de ocorrências criminais. Além de apontar a área também é informada natureza criminal e seu respectivo número de ocorrências registradas.

Esta ilustração tem a finalidade de mostrar as áreas que mais carecem de segurança pública e necessitam de combate a criminalidade, tanto em sua prevenção, quanto na sua repressão, de forma a estabelecer um elo de interação e ligação entre Polícia e Comunidade.

## **CAPÍTULO IV**

### **METODOLOGIA E ANÁLISE DOS DADOS DA PESQUISA**

O capítulo trata de uma pesquisa sobre a atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária junto à comunidade assistida: seu grau de envolvimento direto e indireto no Recanto das Emas/DF com a finalidade levantar subsídios para a solução do problema apresentado neste trabalho.

Portanto, o foco da pesquisa fora direcionado para a forma como o Policiamento Comunitário, através de seus executores, vem desenvolvendo no Recanto das Emas (RA XV), em virtude de suas características admitirem a aplicabilidade do policiamento comunitário, bem como possuir uma população interessada e participativa no tocante a esse novo modelo de policiamento. O citado desenvolvimento tem como referencial a atuação pró-ativa direta da Polícia Militar Comunitária, direcionando esforços da seara policial para a resolução de problemas antes que eles de fato aconteçam.

A intenção era analisar e comparar com a bibliografia os dados obtidos na pesquisa realizada por meio de uma coleta de dados através de um questionário semi-estruturado com questões fechadas que foi aplicado aos policiais atuantes nos Postos Comunitários de Segurança (PCS) e líderes comunitários da cidade-campo. As informações colhidas permitiram a realização de análises que contribuíram para as considerações finais do presente trabalho.

A técnica usada para recolher os dados, que subsidiaram a análise, foi a pesquisa indireta que interpreta “Fontes de segunda mão” que são fontes secundárias (periódicos, livros, artigos) que confirmaram as hipóteses que foram apresentadas

anteriormente e a observação direta, com o uso de um questionário semi-estruturado, com questões a serem respondidas uma escala de Concordância do Tipo Escala de Guttman, levando em consideração as afirmações dos respondentes.

A escala de Guttman é um método de escalas acumulativas que procura definir mais precisamente a área neutra de uma escala de atitude, levando em consideração as atitudes dos respondentes em relação aos atributos. A escala de Guttman é similar à escala de Likert, a diferença entre elas é que a técnica de Guttman é uma escala acumulativa, o que significa que as afirmações selecionadas incorporam a idéia da afirmação anterior (CHISNALL, 1973, p.176-177).

O autor deste trabalho escolheu a escala de Guttman para mensurar as respostas do questionário por ser a que melhor se adapta a avaliação de perguntas fechadas.

Ante ao exposto, pode-se definir o tipo de pesquisa utilizado para elaboração deste, como uma pesquisa de campo do tipo descritiva, qualitativa e exploratória. Rudio (1988) assegura que “a pesquisa descritiva é aquela que almeja conhecer a natureza do fenômeno investigado, os processos que o constituem ou nele se realizam”. Nesse sentido as amostras utilizadas como forma de subsidiar os trabalhos de análise, se direcionaram à 05 (cinco) postos Comunitários de Segurança e à comunidade da cidade do Recanto das Emas.

Foram distribuídos 40 questionários, sendo 20 a policiais militares, sendo 10 da 19ª CPMInd e 10 da 18ª CPMInd (Apêndice A, p.80); e, 20 a líderes comunitários (Apêndice B, p.81). Todos foram analisados, uma vez que, não havendo a necessidade de identificação, todos os atores envolvidos demonstraram disponibilidade em colaborar para a realização da pesquisa.

Foram tabulados e cruzados através das tabelas e gráficos, os dados apresentados na pesquisa identificando inicialmente o perfil da população investigada bem como informações quanto à atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária junto à comunidade assistida no Riacho Fundo/DF.

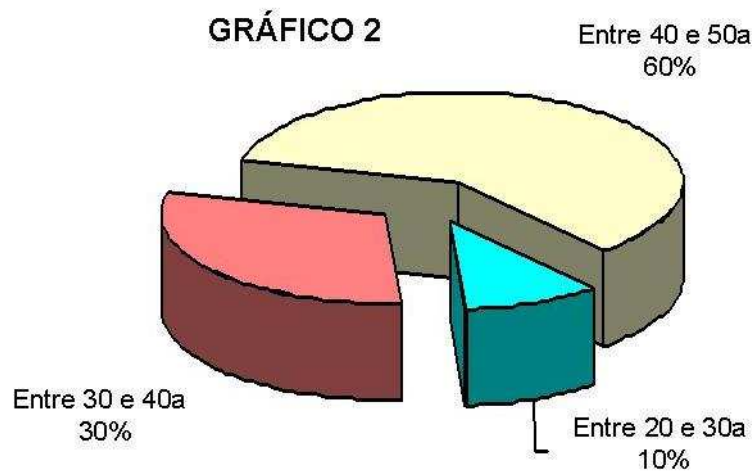
## ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS

### PERFIL DOS POLICIAIS ENTREVISTADOS

**TABELA 3 - Idade**

Resposta	Policiais	%
Entre 20 e 30 anos	2	10
Entre 30 e 40 anos	6	30
Entre 40 e 50 anos	12	60
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



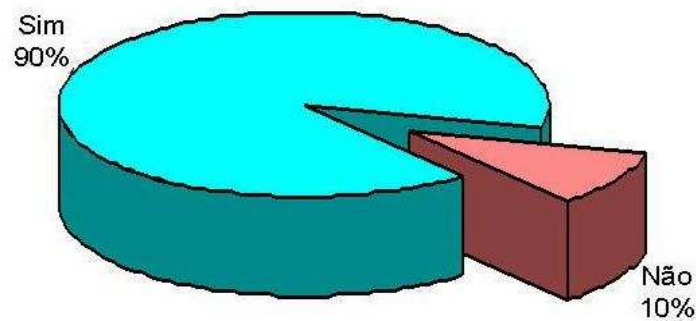
O Gráfico 2 mostra a caracterização do perfil do policial entrevistado por idade, cabendo observar que 10% são jovens entre 20 a 30 anos; 30% estão na faixa de 30 a 40 anos; e 60% na faixa de 40 a 50 anos. Cabe observar que a maior faixa de idade está no intervalo entre 40 a 50 anos e são sujeitos com considerável grau de maturidade, demonstrando ainda que em tese possuem também certa experiência de vida e conseqüentemente profissional. Esses aspectos da experiência do policial são relevantes, considerando seu dia-a-dia nesse processo a partir de competências e habilidades.

O policial, esteja ele em qualquer faixa etária é o guardião da sociedade e da cidadania, o elo de boas ações sempre visando estabelecer um sincronismo entre o seu labor direcionado a serviço da comunidade onde ele investiga, protege o bem, combate o mal, gerencia crises, aconselha, dirime conflitos, evita crime, faz a paz e regula as relações sociais.

**TABELA 4 - Fez curso de capacitação antes de atuar no Policiamento Comunitário**

<b>Resposta</b>	<b>Policiais</b>	<b>%</b>
Sim	18	90
Não	2	10
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010

**GRÁFICO 3**

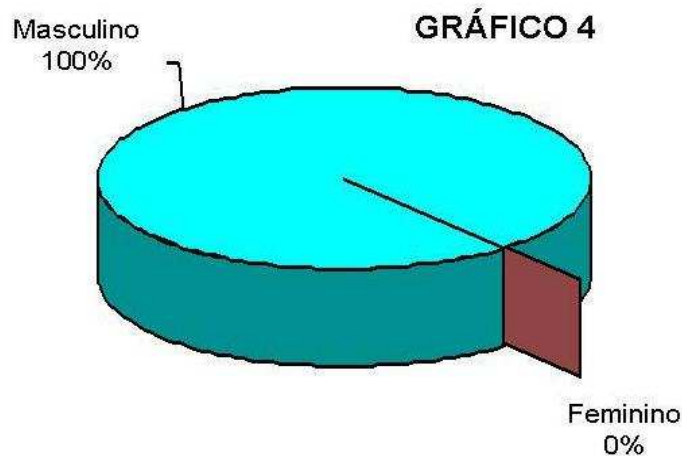
O Gráfico 3 mostra o percentual de policiais que fizeram curso de capacitação antes de atuar no Policiamento Comunitário, cabendo observar que 90% são possuidores de curso de capacitação; e, 10% ainda não possuem, mas, segundo a unidade, estão relacionados para cursarem na primeira oportunidade.

O curso de capacitação para atuar no Policiamento Comunitário tem o objetivo de proporcionar ao policial um conhecimento mais aprofundado de gestão de segurança pública envolvendo direitos humanos e cidadania, tráfico de seres humanos, preservação do local de crime e violência, criminalidade e prevenção, uso progressivo da força, uso da informação na gestão da segurança pública, saúde ou doença, mulheres vítimas de violência doméstica, combate a lavagem de dinheiro, busca e apreensão, etc. Esses cursos para os profissionais de segurança pública são ministrados em todo país, geralmente são oferecidos pela SENASP, e tem excelente padrão de qualidade. As programações são de acordo com a conveniência de cada instituição militar.

**TABELA 5 - Qual o seu sexo**

<b>Resposta</b>	<b>Policiais</b>	<b>%</b>
Masculino	20	100
Feminino	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 4 mostra o percentual de policiais entrevistados por sexo, cabendo observar que 100% dos policiais que trabalham no Recanto das Emas são do sexo masculino; e, nenhum do sexo feminino, o que de certa forma ainda expressa uma ligação a uma antiga versão de que em todas as ações da polícia deve prevalecer a força física mais presente no gênero em destaque, o que vai de encontro, pelo menos em uma primeira visão do policiamento comunitário; o ideal é que a tropa fosse mesclada, uma vez que o policial feminino tem um grande papel em todo esse contexto.

A instituição militar tem evoluído, mas mesmo assim uma minoria feminina tem participação na Polícia, tendo em vista que as atividades inerentes ao trabalho policial ainda são consideradas masculinas. Minayo & Souza (2003) destacaram que “a visão machista predominante na corporação é responsável por parte dos conflitos existentes entre os pares: os homens têm dificuldade de se submeterem às ordens das mulheres”.

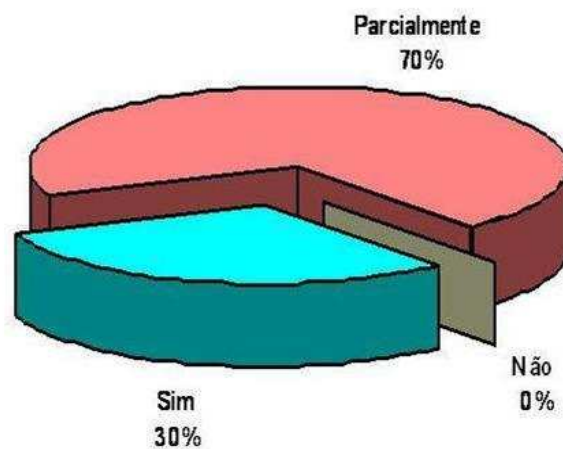
## ENTREVISTA COM POLICIAIS

**TABELA 6 - Conhecimento da comunidade onde trabalha**

Resposta	Policiais	%
Sim	6	30
Parcialmente	14	70
Não	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010

**GRÁFICO 5**



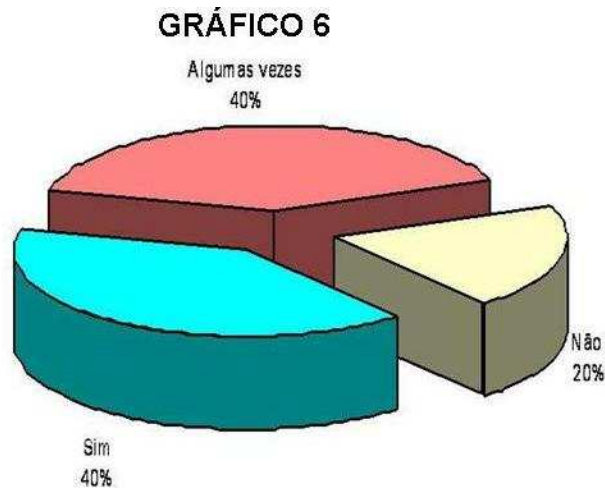
O Gráfico 5 mostra que 30% dos policiais entrevistados conhecem a comunidade do Recanto das Emas onde trabalha; 70% conhecem parcialmente; e, ninguém respondeu negativamente. Portanto, cabe observar que dos policiais que trabalham no Recanto das Emas a maior parte ainda está conhecendo a sua área de atuação, o que leva a crer que são novos na área. A função mais importante da polícia comunitária é garantir a segurança e a convivência harmônica da população sob sua responsabilidade, através de limitações de direitos, interesses e liberdades individuais.

Dando cumprimento a filosofia de polícia comunitária deve haver por parte dos policiais o interesse conhecer palmo a palmo tudo que acontece na comunidade para terem uma atuação pró-ativa e evitarem estatísticas alarmantes de crimes ocorridos detectando as suas causas antes dos fatos consumados.

**TABELA 7 - Trabalha sempre na mesma área**

<b>Resposta</b>	<b>Policiais</b>	<b>%</b>
Sim	8	40
Algumas vezes	8	40
Não	4	20
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 6 mostra que 40% dos policiais entrevistados trabalham sempre na mesma área; 40% algumas vezes, porque são escalados; e, 20% não trabalham, geralmente depois de um afastamento são escalados em outros locais. Estes dados podem ajudar a compreender um dos motivos que leva o policial a desconhecer a comunidade em que trabalha.

Esse dado reflete diretamente características do policiamento tradicional, onde o policial não possui vínculos com a comunidade, apenas se restringindo à atendimentos restritos e periódicos, atuando unicamente de forma reativa.

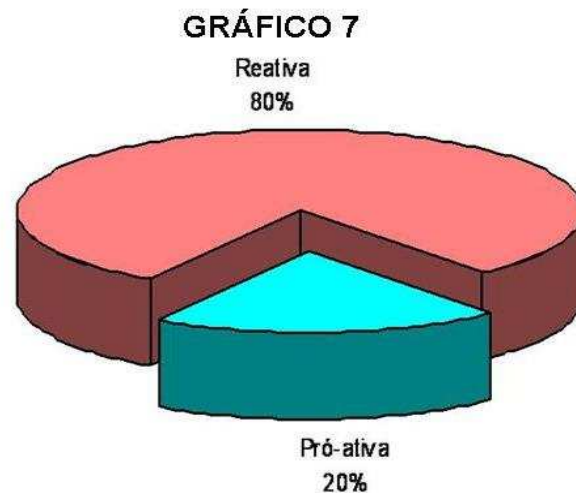
Segundo a SENASP (2007), a polícia japonesa estabelece que o período de permanência de um policial em uma localidade de trabalho, pode variar de 2 a 5 anos, mas é extremamente importante o tempo mínimo de permanência para que haja efetivamente o engajamento do policial num determinado local da comunidade, criando assim, uma relação de pertinência em caráter de longo prazo, uma vez que, conhecendo a localidade e as pessoas que nelas vivem ou trabalham, o trabalho é mais produtivo e eficiente do ponto de vista do estreitamento da polícia com a comunidade.



**TABELA 8 - Forma de atuação frente à comunidade**

<b>Resposta</b>	<b>Policiais</b>	<b>%</b>
Pró-ativa	4	20
Reativa	16	80
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 7 mostra que a esse questionamento fora respondido por 80% do efetivo entrevistado aderem a forma reativa frente a comunidade, devido às características de algumas quadras da cidade Recanto das Emas propiciarem o cometimento de crimes, dentre outros o de tráfico e de roubo a transeuntes e residências, sua ações são mais direcionadas à contenção desses delitos. Os outros 20% mesmo com os empecilhos atribuídos à criminalidade, procuram dentro de suas limitações, desenvolverem ações pró-ativas.

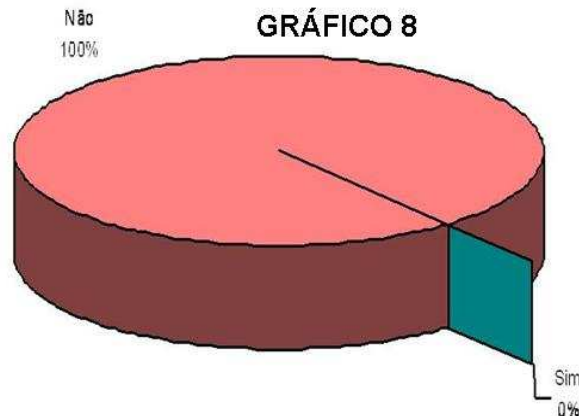
Não obstante esteja sendo discutida mais intensamente nos últimos anos, a forma da polícia atuar na comunidade, sua missão básica é prevenir o crime e a desordem.

No Recanto das Emas não é diferente, a polícia usa a força física no limite necessário para assegurar a observância da lei ou para restaurar a ordem, somente quando o exercício da persuasão, conselho e aviso forem considerados insuficientes.

**TABELA 9 - Desenvolvimento de ações sócio-recreativas frente à comunidade**

<b>Resposta</b>	<b>Policiais</b>	<b>%</b>
Sim	0	0
Não	20	100
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 8 mostra que 100% dos entrevistados, responderam que não desenvolvem ações sócio-recreativas frente à comunidade devido a falta de espaço apropriado. Por isso, não é possível ainda a realização de tais eventos, motivo este que o impossibilitam também de acionarem outros órgãos para que também contribuam nas citadas ações; porém aguardam o término das obras do novo quartel na cidade, onde poderão realizar essas ações com toda segurança que a comunidade merece.

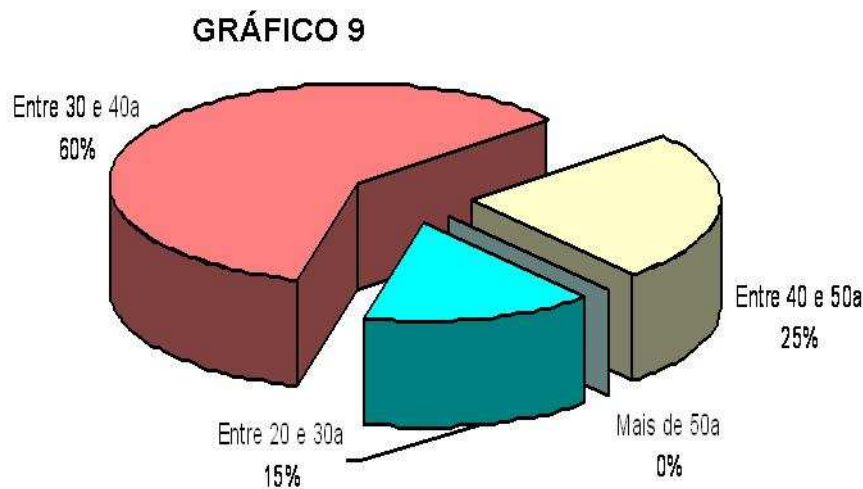
Não há ação sócio-recreativa sem participação. A redução do medo do crime, a reversão da decadência da vida comunitária e da qualidade geral de vida no meio urbano, passam necessariamente por um trabalho conjunto da polícia com a comunidade, onde esta pode influenciar as políticas de Segurança Pública, a serem envidadas pelos órgãos policiais. Entretanto, Recanto das Emas, cidade-campo da pesquisa realizada é muito jovem e ainda está em fase de construção e implantação de diversos órgãos públicos e centros recreativos, mas mesmo assim, a polícia militar aguarda o momento próprio para implantar a filosofia comunitária.

**ANÁLISE DO QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS**  
**PERFIL DOS LÍDERES COMUNITÁRIOS ENTREVISTADOS**

**TABELA 10 - Idade**

<b>Resposta</b>	<b>Líderes Comunitários</b>	<b>%</b>
Entre 20 e 30 anos	3	15
Entre 30 e 40 anos	12	60
Entre 40 e 50 anos	5	25
Mais de 50 anos	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 9 mostra a caracterização do perfil do líder comunitário entrevistado por idade, cabendo observar que 15% dos que responderam estão no intervalo de idade entre 20 e 30 anos; 60% estão no intervalo de idade entre 30 e 40 anos; 25% estão no intervalo de idade entre 40 e 50 anos e nenhum líder tinha mais de 50 anos.

Cabe observar que o percentual predominante está na faixa de idade entre 30 e 40 anos e são sujeitos com considerável grau de maturidade, demonstrando ainda que em tese possuem também certa experiência de vida e em plena atividade profissional. O que demonstra é que estão no vigor da idade, prontos para a atuação junto à comunidade e a polícia, tendo em vista que os líderes comunitários são os representantes legítimos da comunidade na qual estão inseridos. Cabe notar também que as comunidades analisadas preferem líderes maduros e dispostos a trabalhar junto aos policiais comunitários.

**TABELA 11 - Qual o seu sexo**

<b>Resposta</b>	<b>Líderes Comunitários</b>	<b>%</b>
Masculino	13	65
Feminino	7	35
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 10 mostra a caracterização do perfil do líder comunitário entrevistado por gênero, cabendo observar que 65% dos que responderam são do sexo masculino; 35% são do sexo feminino, o que demonstra que o público ainda prefere a figura masculina frente a problemas locais, no assessoramento à polícia militar e junto à comunidade.

Ao que tudo indica no universo pesquisado a concepção de que o homem é mais dotado para liderança segue o modelo tradicional e esta pesquisa aponta nesta direção.

O líder comunitário, seja ele homem ou mulher representa a comunidade, é o seu porta-voz e por isso, a necessidade de certos atributos especiais, pois a sua atuação facilita o trabalho da polícia ou da organização militar registrando a vontade popular.

Na comunidade, o povo clama por um líder atuante, que sirva de apoio para todos aqueles que precisam de seu empenho nas iniciativas educativas, esportivas, culturais, sociais, políticas para que sejam desenvolvidos programas comunitários com altruísmo e autenticidade.

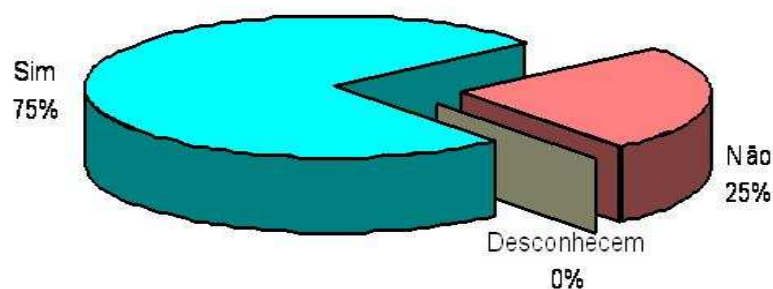
## ENTREVISTA COM LÍDERES COMUNITÁRIOS

**TABELA 12 - Conhecimento como é feito o policiamento comunitário**

<b>Resposta</b>	<b>Líderes Comunitários</b>	<b>%</b>
Sim	15	75
Não	5	25
Desconheço	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010

**GRÁFICO 11**



O Gráfico 11 mostra que 75% dos líderes comunitários entrevistados conhecem a como é feito o policiamento comunitário; 25% não conhecem; e, ninguém respondeu desconhecer totalmente. Portanto, cabe observar que o líder comunitário mantém contato com a polícia local constituindo em fator positivo, quanto à aproximação e a parceria difundida pelo policiamento comunitário.

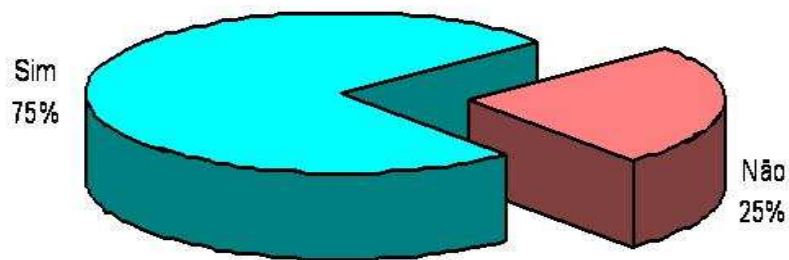
O líder comunitário tem que ser reconhecido pela sua comunidade e por todos que prestam serviços no local. Seu relacionamento com a polícia comunitária do local é sempre de solidariedade e cooperação.

Líder é o indivíduo que comanda e/ou orienta ações e idéias na comunidade. É o guia, o condutor que representa o grupo e forma opiniões. Portanto, o líder conhecer o trabalho do policial é importante, pois na verdade ele é um servidor voluntário da sociedade na busca de soluções para os problemas enfrentados pela sua comunidade.

**TABELA 13 - Conhece o policial que trabalha em sua área**

Resposta	Líderes Comunitários	%
Sim	15	75
Não	5	25
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010

**GRÁFICO 12**

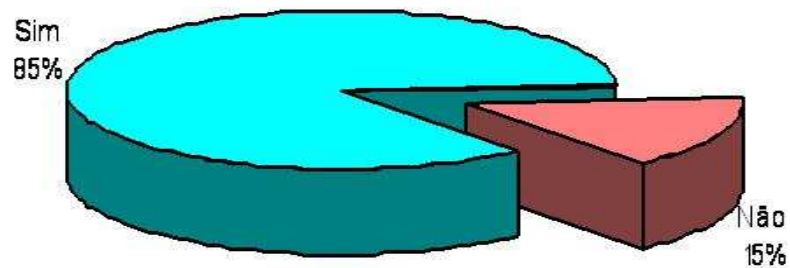
O Gráfico 12 mostra que 75% dos líderes comunitários entrevistados conhecem o policial que trabalha em sua área; 25% não conhecem. Portanto, cabe observar que o desempenho satisfatório do policial, na hora certa move a comunidade para frente. Em conjunto com o líder comunitário faz uma bela parceria. O policial fica mais participativo e frequente nas tomadas de decisões quanto a segurança pública, além de ficar mais fácil quando o policial conhece a área e estreita os laços de amizade com os moradores. Geralmente o policial da área toma decisões com o aval do líder comunitário e ambos procuram na coletividade ofuscar as insuficiências em termos individuais de preconceito pessoal, o analfabetismo e outros que podem dificultar julgamentos.

O Recanto das Emas é uma das regiões administrativas de menor extensão territorial, por isso torna-se fácil conhecer o policial com quem mantém contato ativo e este também passa a conhecer os hábitos da população, necessidades e vida familiar e social. O contato frequente com as mesmas pessoas cria uma aproximação que pode favorecer o ato de dar segurança pública, diagnosticar conflitos e elucidar crimes, assaltos e outros.

**TABELA 14 - Relação policial/comunidade**

<b>Resposta</b>	<b>Líderes Comunitários</b>	<b>%</b>
Sim	17	85
Não	3	15
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010

**GRÁFICO 13**

O Gráfico 13 mostra que 85% dos líderes comunitários entrevistados responderam que a relação policial/comunidade é boa, e que eles acreditam que mantendo o mesmo policial militar trabalhando na mesma área melhora a relação e aumenta a segurança. 15% divergem e não reconhecem. Apesar de a pesquisa ter sido feita com líderes comunitários o percentual dos divergentes é pouco em relação aos que aderem a aproximação do promotor da ordem e segurança pública na comunidade.

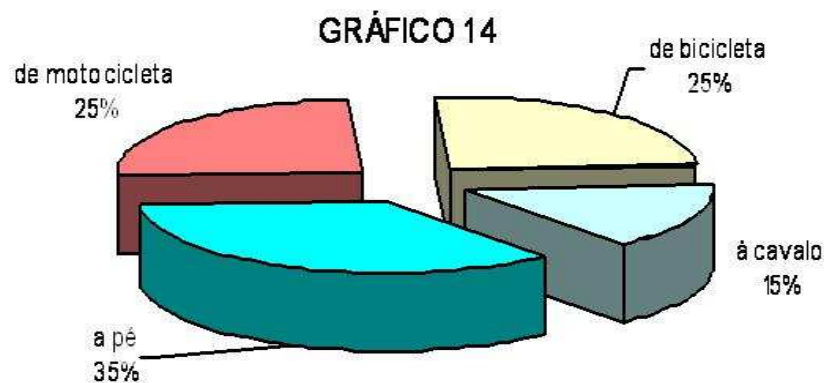
Portanto, cabe observar ao questionar a respeito da presença do policial próximo, se traria alguma melhoria na relação polícia e comunidade. Entretanto, ficou constatado que os líderes comunitários em sua maioria consideram um fator essencial para a implantação da polícia comunitária na área que compreende a cidade Recanto das Emas.

Os modelos e estudos antigos levam os policiais militares a priorizar a vigilância do cumprimento da Lei, focando suas ações na perseguição, prisão e punição do criminoso ou infrator. Esse modelo propicia certa desconfiança por parte da comunidade e atrapalha a relação de ambos. Entretanto, a polícia já deu seus primeiros passos rumo ao desenvolvimento da atuação pró-ativa da polícia comunitária.

**TABELA 15 - Melhor forma de policiamento**

Resposta	Líderes Comunitários	%
A pé	7	35
De motocicleta	5	25
De bicicleta	5	25
À cavalo	3	15
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 14 mostra que foi questionado aos líderes comunitários sobre qual seria a melhor forma de se executar o policiamento junto à sua comunidade, a maioria ou 35% disseram que a melhor forma seria a pé; 25% disseram por meio de bicicleta; 25% de motocicleta; e, 15% apontaram ser a cavalo a melhor forma de atuar na área.

De acordo com o Gráfico, o leitor pode notar que a população do Recanto das Emas tem ideias muito diversificadas sobre a forma de executar o policiamento. Entretanto, a maioria aponta o policiamento a pé como ideal nas quadras da cidade investigada.

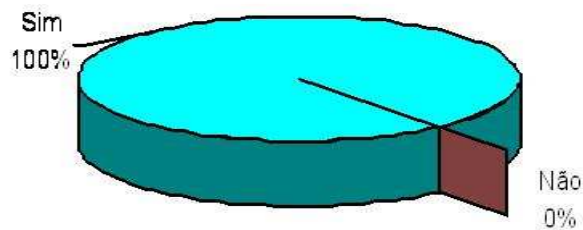
De acordo com os avanços no seio da sociedade o ideal para o policial é buscar novo modelo, porque a pé em certas áreas de risco torna um fator de demora para atendimento, ao passo que motorizado torna-se mais rápido e com isso pressupõe prevenção do crime dada a ação rápida do agente disposto à ação, o ambiente apropriado e a vítima em potencial, tornando a abordagem mais globalizada evitando correr riscos de se praticar equívocos com requintes de discriminação.



**TABELA 16 - Implantação do Policiamento Comunitário**

<b>Resposta</b>	<b>Líderes Comunitários</b>	<b>%</b>
Sim	100	100
Não	0	0
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010

**GRÁFICO 15**

O Gráfico 15 mostra que na indagação, foi dirigida aos líderes comunitários se a implantação do policiamento dentro da filosofia de polícia comunitária era ou não viável, todos os líderes, ou seja, 100% foram unânimes em aprovar a viabilidade do policiamento comunitário.

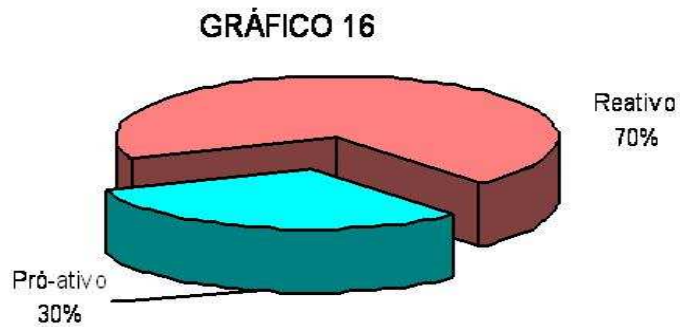
Para os líderes Comunitários do Recanto das Emas o modelo de polícia comunitária é uma maneira inovadora e poderosa, com emprego de sua filosofia plena, exigindo a implementação de ações pró-ativas focadas no cidadão, implicando na mudança de comportamento do policial frente à comunidade. As referidas mudanças são consideráveis na atuação policial e começam por convocar os moradores da área assistida a se engajar e participar do processo.

Conforme o resultado da pesquisa por amostragem, os moradores da cidade investigada aceitam o desafio de colaborar com o profissional de segurança pública, nas questões que envolvem a deflagração do crime e sua propagação, bem como da violência, com a finalidade de buscar a prevenção sem cessar do cidadão morador ou visitante, promover ações para que a atuação pró-ativa se torne uma realidade.

**TABELA 17 - Sabe como processa o modo de atuação Pró-ativo e Reativo**

<b>Resposta</b>	<b>Líderes Comunitários</b>	<b>%</b>
Pró-ativo	6	30
Reativo	14	70
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 16 mostra que na indagação dirigida aos líderes comunitários sobre o modo de atuação (pró-ativo/reactivo) do policiamento comunitário junto a comunidade local, 30% dos líderes responderam que o policiamento comunitário atua de forma pró-ativa, ou seja se antecede aos problemas, evitando que de fato venham a aparecer e surpreendentemente mais da metade ou 70% dos líderes responderam que mesmo atuando de forma eficiente o policiamento atua ainda de forma reativa, atuando somente quando acionados.

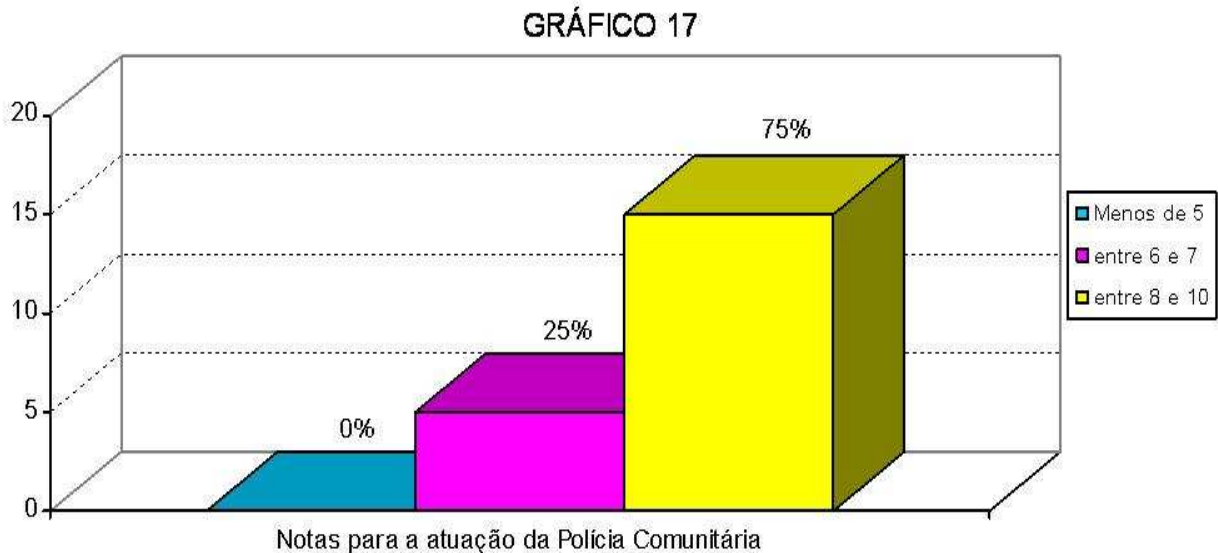
O que revela um problema a ser trabalhado internamente junto à polícia militar, pois essa atitude ainda se vincula a atuação de uma polícia tradicional, o que difere da filosofia que norteia o policiamento comunitário da atualidade.

O policiamento comunitário que atua na comunidade Recanto das Emas age de forma reativa e não condizente com a filosofia implantada para a polícia militar comunitária que é trabalhar no modo pró-ativo. A pesquisa indica que o corpo policial precisa mudar o modo de atuar para formar interatividade com a sociedade, buscando a cooperação da comunidade, sem desgarrar-se das observâncias da lei, estabelecendo confiança e respeito dos cidadãos.

**TABELA 18 - Como deve ser avaliado o Policiamento Comunitário na cidade**

Resposta	Líderes Comunitários	%
Nota Menos de 5	0	0
Nota entre 6 e 7	5	25
Nota entre 8 e 10	15	75
<b>TOTAL</b>	<b>20</b>	<b>100%</b>

Fonte: Pesquisa de Campo - DF / 2010



O Gráfico 17 mostra que quando perguntado aos líderes comunitários que nota dariam ao policiamento comunitario, numa escala de um a dez, 25% atribuíram notas entre 6 e 7 e, a grande maioria 75% atribuíram notas entre 8 e 10. Portanto, na concepção dos líderes comunitários entrevistados e moradores do Recanto da Emas a atuação da Polícia Militar Comunitária na cidade analisada é Muito Boa.

O Brasil vive num estado democrático de direito em que nossa lei maior, isto é, a Constituição Federal (1988) assegura direitos individuais e coletivos, símbolo do avanço da sociedade brasileira que ao longo de sua história viveu anos de sofrimento e calada, na época da ditadura militar, cuja chaga em nossa história foi curada mas deixou marcas. Portanto, a atuação da Polícia Militar Comunitária atualmente como se mostra a segurança pública, está mais eficiente na forma de combate a criminalidade, tanto em sua prevenção, quanto na sua repressão, ela está ligada à integração Polícia/Comunidade.

Essas informações colhidas ao longo da pesquisa de campo estão em consonância e harmonia com a aplicabilidade do policiamento comunitário, haja vista, o resultado obtido na questão da nota de atuação da Polícia Comunitária onde a totalidade dos sujeitos entrevistados atribuíram notas ao policiamento comunitário entre 6 e 7 e entre 8 e 10, demonstrando assim total coerência quanto a aceitação do policiamento comunitário por parte da comunidade.

Segundo Kahn (2002)

a polícia comunitária recebe uma avaliação visivelmente superior à polícia tradicional quando analisada em termos de educação, disponibilidade, violência e corrupção; porém, a população parece ainda associar a ideia de eficiência aos métodos de trabalho convencionais (p.26).

O autor citado reflete uma visão que vai de encontro com a filosofia de policiamento comunitário, comungando com o que pensam os líderes comunitários do Recanto das Emas que, apesar de algumas deficiências, acreditam na filosofia apresentada.

No capítulo seguinte serão apontadas as considerações finais da pesquisa com o enfoque principal de apresentar a base do problema resolvido e estabelecendo propostas voltadas para a atuação pró-ativa da polícia militar comunitária junto a comunidade assistida para melhorar o grau de envolvimento entre os atores, quer seja na forma direta ou indireta direcionada especialmente para a Região Administrativa XV - Recanto das Emas no Distrito Federal.

## CONCLUSÃO

Foi apontado nesse trabalho, o fundamento para a atuação da polícia militar comunitária, mostrando seu grau de envolvimento junto à comunidade assistida no Recanto das Emas/DF.

Mediante uma ampla e complexa pesquisa, o autor desta obra pode observar que a polícia militar atuante no Recanto das Emas ainda não exerce seu trabalho de forma pró-ativa, ainda não existe uma infra-estrutura para pleitear tal forma de atuação. Os policiais daquela região administrativa ainda estão atuando de forma reativa. As adversidades apresentadas na área que envolve prevenção e combate ao crime, bem como o espaço ocupado pelo policial, têm o propósito de oferecer segurança e promover a paz superando os problemas encontrados no setor. O policial entra em cena e mostra-se profissional apto para inserir-se nesta cadeia de policiamento comunitário.

Com a contribuição da polícia militar, o complexo ato de oferecer segurança pública parece fácil, mas não é. A Polícia Militar vem construindo sua história através de um trabalho sério e comprometido com a população, construindo parcerias com a comunidade.

Portanto, para o questionamento que norteou o presente estudo sobre o problema, surge a pergunta: *“A atuação pró-ativa desenvolvida pela Polícia Militar Comunitária interfere na resolução de problemas no campo próprio da segurança pública?”* A pesquisa realizada mostra sinais positivos reunidos por meio das respostas advindas dos questionários aplicados. A análise dos dados obtidos apontou para a polícia militar e seu desempenho na comunidade do Recanto das Emas, mostrando que ela funciona como agente protetor da comunidade. Ao

apreciar as respostas dos questionários usados na pesquisa de campo o autor confirma as hipóteses sobre a atuação da Polícia cujo desempenho reativo contribui para a resolução de problemas estranhos à sua área específica de atuação, reflete ganhos expressivos na prevenção e redução da criminalidade; e, os efeitos da atuação reativa da polícia refletem direta ou indiretamente no campo da segurança pública frente à comunidade local.

Ambas as hipóteses apresentadas foram plausíveis de aceitação, mudando apenas a forma de atuação tendo em vista que a área ainda não comporta uma proatividade e sim a reatividade conforme colocações dos participantes da pesquisa de campo que conduziram o raciocínio do pesquisador para essa conclusão.

Logo pode ser constatada que a preocupação maior de todos os envolvidos visava principalmente o envolvimento da polícia comunitário integrado à comunidade.

Considerando a análise dos dados da pesquisa pode-se afirmar que há uma necessidade de mudar a atuação da organização militar dentro da doutrina de polícia comunitária.

Nesta conclusão fica evidente que a cidade clama por mudanças na atuação da polícia. Portanto, diante das considerações apresentadas, o autor defende essas mudanças na cultura organizacional da PM no Recanto das Emas, visando a defesa da comunidade.

Com crescimento populacional aumentaram os problemas na cidade e, por conseguinte requer uma polícia mais preparada, cuja missão seja atuar de forma preventiva, agindo, principalmente, em defesa dos direitos do cidadão e sua segurança. Logo, é notório que o modelo de polícia tradicional usado até então, está ultrapassado. Entretanto, o que interessa para o presente trabalho é ressaltar que a

polícia militar atuante no Recanto das Emas, Região Administrativa do DF está aguardando das autoridades competentes a implantação de uma infra-estrutura com base sólida para a segurança pública.

Ao concluir esse trabalho o autor sugere que a polícia militar mantenha seu efetivo atualizado em conhecimentos e estratégias para prender os infratores e inclua na força de trabalho da corporação militar sólidos princípios de perseverança e honestidade para que os policiais trabalhem na prevenção e combate a criminalidade presente e futura com eficácia. A polícia deve ser versátil e competente e o Estado reconhecer nesse profissional militar seus valores através de uma remuneração digna e justa.

No contexto atual há uma resistência ao modelo de policial defensor dos direitos fundamentais do cidadão, pois os Policiais ingressam nas instituições, trazem da sociedade um modelo mental de policial relacionado apenas ao modelo repressivo e violento. E assim, muitas pessoas acabam tendo medo da polícia ao invés de confiança e respeito, principalmente aqueles mais pobres e, essa é uma atitude que acaba por dificultar a parceria necessária e fundamental para a efetiva aplicação da filosofia do policiamento comunitário.

A filosofia do policiamento comunitário caracteriza-se pela compreensão de que a polícia precisa manter relações de confiança e parceria com as comunidades atendidas, envolvendo-as no processo de planejamento e execução das atividades de prevenção e repressão ao crime. No policiamento comunitário a criminalidade é vista como um fenômeno complexo e de múltiplas causas, cujas origens, manifestações e controle transcendem o poder de intervenção da polícia. Esta filosofia propõe uma aproximação intencional e coordenada com a comunidade, a fim de identificar as oportunidades para a ocorrência de delitos e distúrbios e a adoção

de medidas para dirimi-las e/ou minimizá-las.

Dessa forma, deve haver uma exigência e um comprometimento dos policiais, descentralizando o comando e conferindo autonomia para que policiais na ponta do sistema tomem iniciativas, e que sejam também responsabilizados por suas ações, e com isso promovendo a aproximação necessária entre a comunidade e a polícia.

A adoção efetiva desta filosofia tende a tornar a prática policial menos violenta, posto que, além de ampliar as oportunidades de controle social sobre a atividade policial e rompe o anonimato entre as partes, e inibe a ocorrência de desvios de conduta policial. Ademais, a própria corporação tende a se tornar menos tolerante com a prática de abusos e de violência policial, já que tais eventos podem obstaculizar o bom andamento das ações de parceria com a comunidade.

De acordo com a análise de dados ficou evidenciado que o policiamento comunitário tanto no Recanto das Emas, bem como em qualquer outro local, depende necessariamente tanto de efetivo policial capacitado e suficiente para efetivação do policiamento comunitário, como também a formação e capacitação dos policiais que estarão diretamente comprometidos nessa atividade.

Dessa forma, é de suma importância que haja o incentivo tanto por parte de todos os órgãos envolvidos como também da própria comunidade para que toda a teoria explorada nos cursos de capacitação sejam realmente aplicados no dia-a-dia, mesmo porque, se não houver disposição por parte daquele policial que mantém um contato direto com o cidadão, em pelo menos tolerar a influência do público sobre suas operações, o Policiamento Comunitário será percebido apenas como uma “relação pública” e a distância entre a polícia e a comunidade será cada vez maior, impossibilitando assim que se alcance os objetivos estabelecidos pela filosofia que envolve o policiamento comunitário.



Nota-se dessa forma que o policiamento Comunitário é pertinente à instituição policial, tanto aquela que desenvolve ações de policiamento ostensivo (Polícia Militar) quanto à que desenvolve ações de policiamento investigativo (Polícia Civil), pois como visto ao longo deste trabalho, essa é uma forma da comunidade se inserir nesse contexto, colaborando com as instituições policiais, através de parcerias para busca de soluções dos problemas ambientais ou sociais, relacionadas a crimes e insegurança social.

Na polícia tradicional, a noção de reatividade está sempre presente. Pode-se dizer que sua atuação é sempre uma reação contra qualquer ato tipificado (previsto em lei) que atente contra a ordem pública. Pode-se dizer ainda que a ostensividade é proveniente da ação reativa da polícia quando ocorrem ações criminosas, sendo essa atuação sempre repressiva, utilizando-se do poder de coação do Estado contra os transgressores.

Essa forma de atuação policial está pautada por um distanciamento, ou seja, o policial (homem) está treinado para atuar distante da comunidade, tendo como instrumento de trabalho o rádio e a viatura para que se torne possível sua incursão nas localidades às quais seja informado do ato criminoso. Esse policial e seu treinamento distanciado são expressão de um modelo de atuação policial que não costuma entender os conflitos através de uma relação mais próxima com a comunidade.

Assim, o modelo tradicional de polícia enfocava o combate ao criminoso que havia agredido alguém e gerado um dano. A Polícia Comunitária por sua vez, é a alternativa que melhor se adequa ao Estado Democrático de Direito, uma vez que esta visa a prevenção de crimes e a solução pacífica de conflitos, ou seja, a Polícia Comunitária antecipa-se e não é meramente reativa.

Com vistas a aprimorar o gerenciamento do Policiamento comunitário na cidade do Recanto das Emas, baseando-se nas análises até então verificadas no presente estudo, são apresentadas várias propostas. São elas:

1. *A contenção dos mesmos policiais em suas áreas de atuação* - A unidade responsável pelo policiamento no Recanto das Emas deve selecionar em seus quadros policiais que conheçam bem área a ser policiada, e paralelamente a isso deve estabelecer um período mínimo onde estes mesmos policiais fiquem fixos nessas comunidades, a fim de conhecer a fundo as rotinas de seus moradores. Incumbe ao Policial Comunitário estar plenamente ciente de seu papel junto a comunidade onde atua, não se limitando a prestar um mero atendimento pontual, mas de tornar-se parte nos problema e nas soluções que afetam a comunidade em que trabalha. O policial deve ser aberto ao diálogo, comunicativo, interagir com a comunidade, gostar de perguntar e receber sugestões da comunidade e principalmente possuir certo grau de mediador e de conciliador em determinados problemas afetas à sua comunidade. Anteceder-se aos problemas e ou crimes com vistas a não deixá-los que aconteçam, tudo isso com a devida participação coletiva.
2. *A conscientização da importância do policial para a comunidade* - embora o trabalho policial possa ser realizado de forma autônoma, como se prega no policiamento tradicional, no Policiamento Comunitário é imprescindível que o agente policial esteja consciente que para o sucesso desse modelo de policiamento, ele é parte relevante em todo esse processo, como também a comunidade do outros lados, não como adversários, mas sim como parceiros, visando acima de tudo o bem comum e a qualidade de vida coletiva.
3. *Estabelecer diretrizes quanto a importância das ações pró-ativas em detrimento a*

*ações meramente reativas* - é de suma importância que se estabeleçam diretrizes no sentido de se priorizar ações de caráter pró-ativas, uma vez que a essência desse modelo de policiamento reflete acima de tudo uma parceria e uma aproximação da comunidade para com a polícia e que para isso de fato aconteça é necessário que a grande parte das ações sejam direcionadas ao campo da antecipação, ou seja, de ações que visem equacionar ou mesmo extinguir problemas existentes ou que possivelmente venham a existir.

4. *Formular instrumentos de acompanhamento quanto à satisfação da comunidade atendida* - a comunidade deve perceber que o policiamento comunitário surgiu para auxiliar na identificação e solução dos problemas locais. Assim, o número do telefone do Posto Policial deve ser amplamente divulgado, visando com isso, facilitar o acesso da comunidade à polícia, gerando dessa forma uma sensação de confiança no serviço prestado. O policial deve ser capacitado para (após um período), reconhecer os habitantes do local e conhecer suas rotinas, orientá-los com dicas de segurança e acima de tudo divulgar-lhes o sucesso obtido com o policiamento. É importante que os policiais participem efetivamente dos eventos sociais, reuniões com os líderes comunitários, entre outras atividades, para que fiquem a par dos acontecimentos e das necessidades daquela comunidade e sobre tudo para que a própria comunidade insira o policial em seu cotidiano. Também é de suma importância que o policial não se dedique a um grupo específico de moradores ou comerciantes em particular, fazendo com que haja a predominância do princípio da igualdade ressaltado pela Constituição Federal. Em outras palavras, a população deve perceber que o policiamento comunitário atende a todos de forma igualitária e, não devendo, portanto se esperar atenção diferenciada de uns frente aos demais.

5. *Fortalecer ligações com outros órgãos públicos e privados para a melhoria da qualidade de vida da comunidade* - conquistada a confiança da comunidade, os policiais devem recrutar e incentivar a comunidade a promover melhorias em sua localidade tais como limpeza, pintura, jardinagem e outras atividades que visem o embelezamento urbano, bem como a abertura dos locais de lazer fora dos horários normais, servindo de intermediários entre a população e a administração local. Com isso as pessoas passam a ter orgulho do local em que moram e torna-se visível a melhoria da qualidade de vida nessas mesmas localidades.
6. *Trazer a imprensa para atuar em parceria com a Polícia Militar, demonstrando ações que traduzam a satisfação da comunidade* - a imprensa pode ser um grande aliado, se as ações desenvolvidas expressarem a satisfação da comunidade, de modo que no momento em que essa satisfação é conquistada, deve-se provocar a mídia, a fim de que ela possa exteriorizar essas ações favoráveis no cenário jornalístico vindo a surtir efeitos positivos tanto institucionais, como sociais.
7. *Priorizar ações repressivas em toda a área do Recanto das Emas, priorizando as áreas mais vulneráveis, com a finalidade de reduzir seus índices de criminalidade, propiciando que ações propriamente de polícia comunitária num segundo momento, não sejam comprometidas* - o policiamento comunitário como já foi visto, é um modelo onde se prioriza ações de cunho sociais, não deixando de lado ações repressivas quando necessárias, porém em suma, uma área onde o crime passa a ser o ponto mais relevante, se torna necessário que se adote medidas mais “agressivas” através de ações do tipo operações desarmamentos em bares e nas ruas, pontos de bloqueios em vias principais e secundárias, abordagens a pessoas e a veículos, a fim de extirpar aquele malefício primário, e

com isso seja restabelecida a interatividade com a comunidade, interrompido em um primeiro momento pelo cenário criminal.

8. *Outros órgãos* - como o policiamento comunitário tem por finalidade diagnosticar e buscar soluções aos problemas apresentadas em uma localidade, e como muitas soluções dependerão de outros órgãos da administração pública, inevitável será a identificação de indivíduos nas diversas instituições dispostos a ajuda. Os supervisores, nesse caso, podem agendar encontros desses indivíduos com os policiais comunitários. Os policiais devem se esforçar para que, na organização dos eventos junto à comunidade, os integrantes dos outros órgãos estejam presentes, propiciando dessa forma, uma integração dos mesmos junto à população local.

Dessa forma, para finalizar a pesquisa realizada, cujo tema proposto objetivou além de analisar o trabalho desenvolvido na Região Administrativa do Recanto das Emas e o grau de envolvimento direto e indireto da polícia comunitária junto a comunidade, explanar os pontos mais discutidos atualmente sobre a filosofia do policiamento comunitário e conseqüentemente suscitando o interesse de outros pesquisadores e estudiosos do assunto, para que o tema em questão seja cada vez mais conhecido da sociedade e que esta por sua vez, possa ver a polícia como parte de uma engrenagem que pode produzir segurança pública juntamente com outros mecanismos de controle social, tanto os formais quanto os informais, para produzir e preservar a ordem social.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARENGA, Jefferson Pires de. **A Polícia Comunitária no Brasil**. Palhoça: UNISUL, 2009.

BITTAR, Eduardo C. B. **Ética, educação, cidadania e direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2004.

BOBBIO, Norberto. **A era dos direitos**. Rio de Janeiro: Campus, 1992.

BONDARUK, Roberson Luiz; SOUZA, César Alberto. **Polícia comunitária: polícia cidadã para um povo cidadão**. São Paulo: EdUSP, 2003.

BRASIL. **Constituição**: 1988. 16. ed. Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações, 2001.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Ações Programáticas Estratégicas. Brasília: MS, 2006.

CAPEZ, Fernando. **Curso de Direito Penal**. 13. ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

CARVALHO, Glauber da Silva. **Policciamento comunitário: origens**. (Apostila). São Paulo: PMESP, 1998.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **Do patrulhamento ao policiamento comunitário**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2001.

CHISNALL, Peter. **Pesquisa introduzindo no mercado: análise e medida**. McGraw-Hill: 1973.

FERNANDES, Rubem César. **Policciamento comunitário: como começar**. Rio de Janeiro: PMERJ, 1994.

GODOY, Arilda S. Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades. *In: Administração de empresas*, revista n. 2, v. 35, Mar./Abr., 1995, p. 57-63.

KAHN, Túlio. **Avaliação do plano de prevenção da violência urbana**. São Paulo: PIAPS, 2002.

MARCINEIRO, Nazareno e PACHECO, Giovane C. **Polícia Comunitária evoluindo para a polícia do século XXI**. Florianópolis, 2005.

MARCONI, Marina de Andrade e LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**: procedimentos básicos, pesquisa bibliográfica, projeto e relatório, publicações e trabalhos científicos. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

MESQUITA NETO, Paulo de. **Policiamento comunitário e prevenção do crime**. Palhoça: Unisul, 2002.

MINAYO, M.C.S. e SOUZA E.R. **Missão investigar**: entre o ideal e a realidade de ser policial. Rio de Janeiro: Garamond, 2003.

PEEL, Robert. **A Crise de Identidade das Polícias Militares Brasileiras**. 1970.

SALES, Lília Maia de Moraes. **Justiça e Mediação de Conflitos**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.

SENASP. **A implementação da Polícia Comunitária e do policiamento comunitário**. Brasília: 2007.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 16. ed. São Paulo: Malheiros, 1999.

SKOLNICK, J.H.; BAYLEY, D.H. **Policiamento comunitário**. São Paulo: EDUSP, 2002.

TOSI, Giuseppe. **Anotações sobre a história conceitual dos direitos do homem**. João Pessoa: Editora Universitária, 2005.

TRINDADE, A. A. Cançado. *In* **Direitos humanos e o direito constitucional internacional** de Flávia Piovesan. São Paulo: Saraiva, 2006.

TROJANOWICZ, Robert; BUCQUEROUX, Bonnie. **Policiamento comunitário**: como começar. Rio de Janeiro: PMEsp, 1999.

UNISUL. **Teoria de polícia comunitária**: modalidade à distância. Palhoça: Unisul Virtual, 2009.



## APÊNDICE A - Questionário para Pesquisa - Aplicado aos Policiais

Este questionário destina-se a subsidiar o Trabalho Técnico Científico desenvolvido pelo pesquisador do CAO/2010, referente à atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária junto à comunidade assistida: seu grau de envolvimento direto e indireto. As perguntas visam colher sua opinião e ponto de vista sobre o assunto. Sua colaboração é de grande relevância para a conclusão do referido trabalho. Portanto, solicito sua colaboração no sentido de que responda o questionário apresentado. Não há necessidade de identificação.

Leia cuidadosamente cada item do questionário e assinale com **X**:

- as respostas correspondentes aos três itens do Perfil do Entrevistado; e,
- escolha o conceito que melhor descreve a sua opinião acerca da atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária.

ITEM	PERFIL DO ENTREVISTADO E RESPOSTAS
01	Qual a sua idade? ( ) entre 20 e 30a ( ) entre 30 e 40a ( ) entre 40 e 50a
02	Você fez o curso de capacitação antes de atuar no Policiamento Comunitário? ( ) sim ( ) não
03	Qual o seu sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino
<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AOS POLICIAIS</b>	
04	Você conhece a comunidade onde trabalha? ( ) Sim ( ) Parcialmente ( ) Não
05	Você trabalha sempre na mesma área? ( ) Sim ( ) Algumas vezes ( ) Não
06	De qual forma você atua frente a comunidade aonde atua (pró-ativa ou reativa)? ( ) Pró-ativa ( ) Reativa
07	Você desenvolve ações sócio-recreativas junto à comunidade ou mesmo procura provocar outros órgãos para realizarem tais ações? ( ) Sim ( ) Não

**Obrigado pela Colaboração!**

## APÊNDICE B - Questionário para Pesquisa - Aplicado aos Líderes Comunitários

Este questionário destina-se a subsidiar o Trabalho Técnico Científico desenvolvido pelo pesquisador do CAO/2010, referente à atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária junto à comunidade assistida: seu grau de envolvimento direto e indireto. As perguntas visam colher sua opinião e ponto de vista sobre o assunto. Sua colaboração é de grande relevância para a conclusão do referido trabalho. Portanto, solicito sua colaboração no sentido de que responda o questionário apresentado. Não há necessidade de identificação.

Leia cuidadosamente cada item do questionário e assinale com **X**:  
 - as respostas correspondentes aos itens do Perfil do Entrevistado; e,  
 - escolha o conceito que melhor descreve a sua opinião acerca da atuação pró-ativa da Polícia Militar Comunitária.

ITEM	PERFIL DO ENTREVISTADO E RESPOSTAS
<b>01</b>	Qual a sua idade? ( ) entre 20 e 30a ( ) entre 30 e 40a ( ) entre 40 e 50a ( ) mais de 50a
<b>02</b>	Qual o seu sexo? ( ) Masculino ( ) Feminino
<b>QUESTIONÁRIO APLICADO AOS LÍDERES COMUNITÁRIOS</b>	
<b>03</b>	Você tem conhecimento de como é feito o policiamento comunitário? ( ) Sim ( ) Não ( ) desconheço totalmente
<b>04</b>	Você conhece o Policial que trabalha em sua área? ( ) Sim ( ) Não
<b>05</b>	Você acredita que mantendo o mesmo policial militar trabalhando sempre em sua comunidade melhora a relação policial/comunidade e aumenta a segurança? ( ) Sim ( ) Não
<b>06</b>	Na sua avaliação qual seria a melhor forma de policiamento em sua localidade? ( ) a pé ( ) de motocicleta ( ) de bicicleta ( ) à cavalo
<b>07</b>	Você aceita a implantação do policiamento comunitário em sua área? ( ) Sim ( ) Não
<b>08</b>	Qual o modo de atuação usado no Policiamento Comunitário junto à sua comunidade local - pró-ativo (se antecedendo aos problemas antes mesmo que eles venham acontecer); ou reativo (se limitando aos atendimentos pontuais) ( ) pró-ativo ( ) reativo
<b>09</b>	Qual a nota de avaliação para o Policiamento Comunitário na sua cidade? ( ) menos de 5 ( ) entre 6 e 7 ( ) entre 8 e 10

**Obrigado pela Colaboração!**

## APÊNDICE C - Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com os Policiais

Para elucidar o entendimento no panorama que envolve a Pesquisa de Campo foi necessário o Quadro 12 - Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com os Policiais enumerando os percentuais relativos às respostas das entrevistas realizadas.

ITEM	PERFIL DOS ENTREVISTADOS E RESPOSTAS - %
<b>01</b>	Qual a sua idade? (10) entre 20 e 30a (30) entre 30 e 40a (60) entre 40 e 50a
<b>02</b>	Você fez o curso de capacitação antes de atuar no Policiamento Comunitário? (90) sim (10) não
<b>03</b>	Qual o seu sexo? (100) Masculino (0) Feminino
<b>RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS POLICIAIS - %</b>	
<b>04</b>	Você conhece a comunidade onde trabalha? (30) Sim (70) Parcialmente (0) Não
<b>05</b>	Você trabalha sempre na mesma área? (40) Sim (40) Algumas vezes (20) Não
<b>06</b>	De qual forma você atua frente a comunidade aonde atua (pró-ativa ou reativa)? (20) Pró-ativa (80) Reativa
<b>07</b>	Você desenvolve ações sócio-recreativas junto à comunidade ou mesmo procura provocar outros órgãos para realizarem tais ações? (0) Sim (100) Não

FONTE: Pesquisa de Campo - DF / 2010

Quadro Elaborado pelo Autor

### Quadro 12 - Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com os Policiais

Este quadro demonstrativo é um resumo das respostas da pesquisa realizada, buscando solução para o problema apresentado na monografia em questão.

## APÊNDICE D - Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com os Líderes Comunitários

Para elucidar o entendimento no panorama que envolve a Pesquisa de Campo foi necessário o Quadro 13 - Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com os Líderes Comunitários enumerando os percentuais relativos às respostas das entrevistas realizadas.

ITEM	PERFIL DOS ENTREVISTADOS E RESPOSTAS - %
<b>01</b>	Qual a sua idade? (15) entre 20 e 30a (60) entre 30 e 40a (25) entre 40 e 50a (0) mais de 50a
<b>02</b>	Qual o seu sexo? (65) Masculino (35) Feminino
<b>RESPOSTAS AOS QUESTIONÁRIOS APLICADOS AOS LÍDERES COMUNITÁRIOS</b> %	
<b>03</b>	Você tem conhecimento de como é feito o policiamento comunitário? (75) Sim (25) Não (0) desconheço totalmente
<b>04</b>	Você conhece o Policial que trabalha em sua área? (75) Sim (25) Não
<b>05</b>	Você acredita que mantendo o mesmo policial militar trabalhando sempre em sua comunidade melhora a relação policial/comunidade e aumenta a segurança? (85) Sim (15) Não
<b>06</b>	Na sua avaliação qual seria a melhor forma de policiamento em sua localidade? (35) a pé (25) de motocicleta (25) de bicicleta (15) à cavalo
<b>07</b>	Você aceita a implantação do policiamento comunitário em sua área? (100) Sim (0) Não
<b>08</b>	Qual o modo de atuação usado no Policiamento Comunitário junto à sua comunidade local - pró-ativo (se antecedendo aos problemas antes mesmo que eles venham acontecer); ou reativo (se limitando aos atendimentos pontuais) (30) pró-ativo (70) reativo
<b>09</b>	Qual a nota de avaliação para o Policiamento Comunitário na sua cidade? (0) menos de 5 (25) entre 6 e 7 (75) entre 8 e 10

FONTE: Pesquisa de Campo - DF / 2010

Quadro Elaborado pelo Autor

### Quadro 13 - Demonstrativo dos Resultados obtidos na Pesquisa com os Líderes Comunitários

Este quadro demonstrativo é um resumo das respostas da pesquisa realizada, buscando solução para o problema apresentado na monografia em questão.